

FORMAR

REVISTA DOS FORMADORES

ISSN 0177-8989

DAR A VOLTA À EXCLUSÃO

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS

PREÇO € 4,00 (30€ 50514) N.º 110 (JULHO) SETEMBRO 2004 - TRIMESTRAL



COMISSÃO EUROPEIA
Comunidade Europeia

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Alguns Volumes Publicados

A Televisão e o Vídeo na Formação

Carlos Portugal Ribeiro/José Alberto Pires Dias/
Luís Relvas

Qualidade e Eficácia na Formação

José Garcez de Lencastre

Casos de Empresas Portuguesas

Luís Filipe Cardim/Maria Isabel Lúcio

Formação e Multimédia

Maria Clara Ramos Nunes/José Manuel Serradas

A Comunicação Não-Verbal

Eduardo Jorge Esperança

A Comunidade Europeia — Um Olhar Sistemático

Maria Helena Antunes/José Manuel Madeira
Calado

Etiologia e Caracterização das Deficiências

Helder Vicente

Preço: 650\$00

Dinâmica de Grupo

Maria de Lourdes G. Vicente Baginha

Uma Nova Formação Profissional para Um Novo Mercado de Trabalho

Acácio Ferreira Duarte

O Formador face ao Toxicodependente

Manuel L. Peixoto/Pedro Catita

Reabilitação, Sistema Complexo

Dália Dantas/Leonardo Rafael Conceição

Sistema Modular Aferido

Proposta para a Concepção e Gestão de Currículos em Sistema Modular

A. Canhão/A. Gonçalves/F. Marreiros/F. Pereira/
/J. Nunes/J. Rato

A Problemática da Certificação Profissional

Acácio Ferreira Duarte

Comunicar, Entrevistar, Conduzir Reuniões

Fernando Santos

Os Desafios Multimédia na Formação Profissional

Carlos Correia

Análise Transaccional Aplicada à Formação Profissional

Maria Antónia Santos

Preço: 800\$00

DISTRIBUIÇÃO E VENDA:

Gabinete de Comunicação

— Núcleo de Informação Científica e Técnica
Av. José Malhoa, 11 • Piso 0 • 1099-018 Lisboa
Telefone 21 722 70 00

Departamento de Formação Profissional - Mediateca de Formação Profissional

Rua de Xabregas, 52 • Piso 0 • 1949-003 Lisboa • Telefone 21 8614100 • Fax 21 8614621

EDITORIAL

VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS

APRENDER A AGIR, UMA CULTURA DA CONVICÇÃO

As nossas sociedades impõem aos sistemas de educação e de formação exigências prementes, múltiplas e por vezes contraditórias. Espera-se que a educação e a formação resolvam os problemas de competitividade das empresas, a crise do emprego, o drama da exclusão social e da marginalidade, em suma, que ajudem a sociedade a ultrapassar as suas actuais dificuldades e bem assim a controlar as profundas mutações que hoje em dia atravessa.

Diz o Livro Branco "Crescimento, Competitividade, Emprego", elaborado pela Comissão Europeia em meados da última década (já no século passado, mas ainda tão actual!...), "que estas exigências e expectativas são, em parte, largamente justificadas". Acrescenta, como fundamento desta asserção, "que é precisamente nos países em que o nível de educação geral e de formação é mais elevado que os problemas de competitividade e de emprego se colocam com menos acuidade".

Importa, no entanto, olhar para este problema não sob um prisma meramente quantitativo mas também qualitativo. Ou seja, não basta observar as estatísticas do desemprego numa determinada conjuntura, como a que se verifica actualmente em Portugal, e concluir qual axioma que um baixo nível de escolaridade pode perfeitamente coexistir com uma alta taxa de emprego, sem daí retirar outras ilações.

Na verdade, a situação portuguesa só é compreensível se cruzada com outros indicadores socioeconómicos como sejam: a persistência do desemprego de longa e de muito longa duração, superior a 12 e a 24 meses, respectivamente; o elevado desemprego juvenil, com baixa escolaridade e qualificação; o surgimento de novos e extensos segmentos de pobreza e de exclusão social, de matriz predominantemente urbana; a falta de competitividade e de produtividade das empresas; o baixo investimento tecnológico e organizacional, entre outros.

A solução não sendo óbvia não é necessariamente impossível, e traduz-se na passagem do ciclo vicioso a um ciclo virtuoso.

O primeiro caracteriza-se por fazer mais do mesmo, enquanto o segundo, assente na inquietude, no desejo de superação, visa potenciar a cultura da responsabilidade, da exigência e do rigor, em vigorosa harmonia com a cultura da diversidade e com o espírito de solidariedade.



Assim, e no que à educação e formação concerne, esta mudança não pode abdicar, como se compreende, da participação proactiva de todos, dos cidadãos, das famílias, das empresas, dos parceiros sociais e do Estado - ao nível central, regional e local.

Todos podem aprender diferentemente, desde que se conheça o ponto de partida e os objectivos prosseguidos. "Um barco que não tem rumo não sabe o que é vento favorável" (provérbio chinês).

Por vezes há quem confunda apoio, ou acompanhamento, com cumplicidade (leia-se: "infinita compreensão"). E, em formação, isso paga-se caro. É fundamental haver um quadro de valores reconhecível e fazê-lo respeitar pela autoridade do exemplo.

Assim, a contratualização dos direitos e das obrigações, de todos - em particular dos formadores e dos formandos - é a melhor forma de obter resultados. Citando novamente o Livro Branco: "... seria necessário propor aos desempregados em função do período de desemprego, primeiramente uma formação de bom nível que desse uma qualificação, seguidamente a possibilidade de obter um emprego... em contrapartida, os desempregados, que assim disporiam de uma garantia de ajuda autêntica para a reinserção, empenhar-se-iam eles próprios activamente nessa formação e nesse emprego".

É para uma reflexão sobre estes e outros temas da actualidade, com particular enfoque nos públicos mais fragilizados ou desfavorecidos, que a FORMAR pretende convocar neste número os leitores. Espero que o considerem útil.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Luis... da...".

Propriedade

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Director

Félix Esmério

Coordenadora

Maria Luísa Pacheco

Conselho Editorial

Adelino Palma, Acácio Ferreira Duarte, Artur Lemos de Azevedo, Félix Esmério, Fernando Cascals, Luis Imaginário, Maria Luísa Falcão, Maria Luísa Pacheco, Maria Viegas e Paula Agapito

Colaboraram neste número

Alain Semeteyts, Amélia Bastos, Ana Rita Monteiro, António Caldeira, Claude Vasamillet, Fernando Cascals, Francisco Salgado de Oliveira, Godelieve Meersschaert, Luís Eduardo Relvas, e Rogério Roque Amaro

Apoio Administrativo

Alexandra Tavares, Ana Maria Varela e Cristina Gil

Capa e Concepção Gráfica

Atelier Ana Filipa Tainha

Ilustração

Henrique Alves, Manuel Libreiro e Paulo Cintra

Revisão

Laurinda Brandão

Montagem e Impressão

Rainho & Neves, Lda.

Redacção

Departamento de Formação Profissional,
Serviço de Gestão Editorial
das Revistas Formar e Dirigir
Rua de Xabregas, 52 — 1949-003 LISBOA
Tel.: 21 861 41 00
Fax: 21 861 46 21

Registo

Instituto de Comunicação Social

Edição

Gabinete de Comunicação

Periodicidade

4 números/ano

Tiragem

11.000 exemplares

Depósito Legal

36959/90 ISSN: 0872-4989

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da Comissão Executiva do IEFP. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Condições de Assinatura

Enviar carta com nome completo, data de nascimento, morada, função profissional, empresa onde trabalha e respectiva área de actividade para: Revista Formar
Rua de Xabregas, 52 — 1949-003 LISBOA
E-mail: formar@iefp.pt



3

TEMA CENTRAL
Pobreza e Exclusão Social
nas Sociedades Contemporâneas

Rogério Roque Amaro • Ana Rita Monteiro • Amélia Bastos



22

O Combate à Discriminação

Um Instrumento de Trabalho

Francisco Salgado



28

Associação Cultural
Moinho da Juventude



41

A Modularização Virtual: Um Quadro
Conceptual para as Formações a Distância

• 2.ª Parte • Claude Vasamillet • Alain Semeteyts



55

Máquina Fotográfica Digital

Luís Relvas



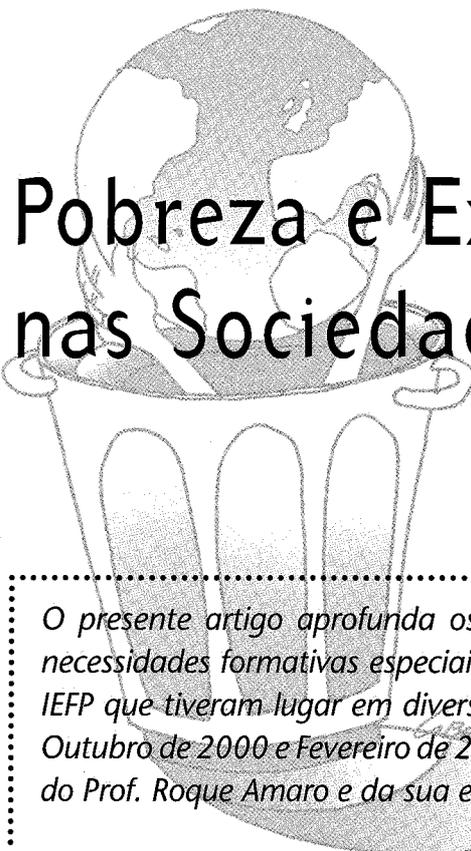
65

Debaixo de Olho
O Lado Humano da Mudança



66

NOTÍCIAS
Aconteceu...



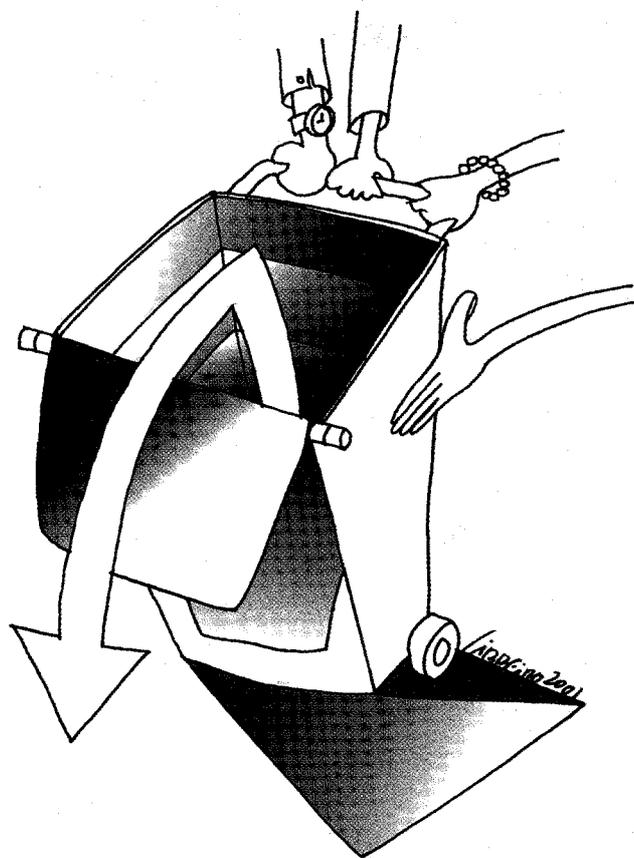
Pobreza e Exclusão Social nas Sociedades Contemporâneas

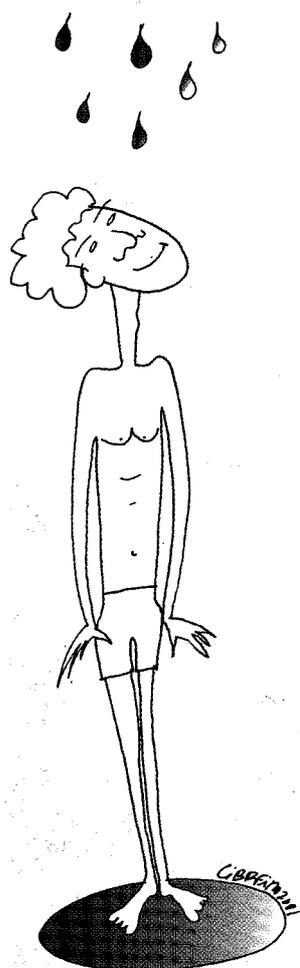
O presente artigo aprofunda os temas tratados na sessão "Diversificação de públicos? necessidades formativas especiais", das Jornadas Técnico-Pedagógicas dos Formadores do IEFP que tiveram lugar em diversos Centros de Formação, no período compreendido entre Outubro de 2000 e Fevereiro de 2001. A animação da referida sessão foi da responsabilidade do Prof. Roque Amaro e da sua equipa.

1. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO MUNDO E NA EUROPA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A pobreza e a exclusão social tornaram-se, nos últimos anos, um dos temas que mais tem preocupado quer os responsáveis dos organismos internacionais, quer os governantes de diversos países, quer os vários estudiosos que se têm debruçado sobre o assunto, quer ainda os técnicos e intervenientes que procuram no terreno enfrentar e minimizar essas situações.

Passaram a integrar as agendas políticas nacionais e internacionais e das várias cimeiras e reuniões (ditas de alto nível) que procuram encontrar estratégias comuns para gerir as grandes preocupações actuais do nosso planeta: as ameaças e os





riscos ambientais, a insegurança, o desemprego, a explosão (e a implosão) demográfica, os conflitos armados, a gestão dos recursos estratégicos e, claro, a pobreza e a exclusão social.

Citem-se, a título de exemplo, as conferências sobre: a População e o Desenvolvimento (Cairo, 1994), Desenvolvimento Social (Copenhaga, 1995), as Mulheres e o Desenvolvimento (Pequim, 1995), as Cidades (Istambul, 1996), etc.

Por outro lado, basta consultar, por exemplo, os últimos relatórios (dos anos 90) de

organizações como o Banco Mundial, a Comissão da União Europeia, a FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, a OIT – Organização Internacional do Trabalho, a OMS – Organização Mundial de Saúde, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a UNICEF – Organização das Nações Unidas para as Crianças, etc., para se verificar a atenção crescente a esta problemática eleita, em geral, como uma das questões de estudo e de resolução mais urgente para os próximos anos.

Em vários anos, como tema central ou inerente, aborda-se nesses relatórios o problema da pobreza e da exclusão social no Mundo actual como uma das situações mais intoleráveis, mais injustas e

como uma das maiores ameaças à paz e ao desenvolvimento.

Não é, portanto, de estranhar que as Nações Unidas tenham decidido considerar 1997–2007 como a década para a eliminação da pobreza.

Sabe-se que infelizmente esse é um dos maiores flagelos estruturais dos países subdesenvolvidos, atingindo persistentemente níveis de desumanização, de despojamento e de miséria indescritíveis.

Os pequenos sucessos alcançados nas últimas décadas na luta contra a fome, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as doenças endémicas, a baixa esperança de vida à nascença, a falta de água potável e de saneamento básico, a falta de condições habitacionais, a desertificação e a degradação ambiental, etc., são uma pequena gota face ao “oceano”, à gravidade dos problemas por resolver e ao surgimento constante de novos problemas, causa e consequência de conflitos e tensões étnicas, de genocídios, de deslocamentos massivos de populações, etc.

No quadro 1 pode-se verificar que, apesar de algumas melhorias e do crescimento económico entretanto registado, as taxas de pobreza¹ continuam elevadas, sobretudo nos países ditos subdesenvolvidos.

Quadro 1
Taxas de pobreza (%) por região do globo

Região	1987	1998 ^a
Este da Ásia e Pacífico	26,6	15,3
Europa e Ásia Central	0,2	5,1
América Latina e Caraíbas	15,3	15,6
Médio Oriente e Norte de África	4,3	1,9
Sul da Ásia	44,9	40,0
África Subsahariana	46,6	46,3
Total	28,3	24,0

^a Estimativa
Fonte: World Bank (1999a).

Julgava-se, no entanto, que os países ditos ricos estavam livres desses flagelos ou que, pelo menos, os tinham feito recuar para níveis "civilizados", como consequência dos seus processos de desenvolvimento.

Tinha-se, aliás, como certo que o crescimento económico associado (e muitas vezes confundido) à ideia de desenvolvimento, que constitui uma das imagens de marca e um dos sucessos atribuídos a esses países, teria como consequência inevitável e automática a redução da pobreza, pelas maiores oportunidades, pelo emprego e pela riqueza criadas.

As últimas décadas (desde meados da década de 70 até hoje) vieram desmentir, de forma chocante, essa asserção.

Diversos relatórios da OCDE, da OIT, do PNUD e, sobretudo, da União Europeia vieram mostrar, de maneira fundamentada e inequívoca, que não só a pobreza não estava erradicada desses países, como as bolsas de pobreza estavam a aumentar (em consonância com os níveis de desigualdade social e de rendimento), novas situações estavam a surgir (sobretudo junto das crianças, dos desempregados de longa duração, dos reformados e pensionistas, das famílias com monoparentalidade feminina, dos indivíduos com baixos níveis de escolarização e das minorias étnicas), com uma expressão radical no aumento dos "sem-abrigo" (característica das grandes cidades), além de que se agravavam as situações de exclusão social mesmo sem pobreza evidente (caso dos idosos, das crianças e dos jovens sem atenção familiar).



A melhor prova disso e das preocupações daí decorrentes está, por exemplo, no facto de a União Europeia ter sentido necessidade de criar Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza: o 1.º decorreu de 1975 a 1980, o 2.º de 1984 a 1989 e o 3.º de 1989 a 1994. E, de então para cá, tem vindo a apoiar a criação de programas nacionais com o mesmo objectivo.²

De acordo com o Relatório Preliminar do Programa Europeu Pobreza II apresentado em 1989, estimava-se que o número de indivíduos pobres tinha passado de 38 milhões em 1975, para 44 milhões em 1985, enquanto o Relatório Final, utilizando a despesa, em vez do rendimento, como o indicador de recursos, calculava, para este último ano, em 50 milhões o número de indivíduos pobres na "Europa dos Doze".^{3,4}

Em 1994 a situação da União Europeia face à pobreza era a que se indica no quadro 2.

Quadro 2

Taxas de pobreza (%) na União Europeia em 1994

	Agregados domésticos	Indivíduos
Alemanha	15	16
Áustria	15	16
Bélgica	12	16
Dinamarca	8	6
Espanha	20	21
França	18	17
Grécia	23	21
Irlanda	25	26
Itália	15	18
Luxemburgo	14	15
Países Baixos	13	16
Portugal	26	24
Reino Unido	23	24

Fontes: EUROSTAT
PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)

Concomitantemente, foi-se sentindo necessidade de estudar mais em profundidade as manifestações da pobreza, nomeadamente as que surgiam como novidade (desconhecidas até aí), aumentando o número de investigações, estudos e relatórios consagrados ao tema a vários níveis (teses académicas, trabalhos de investigação, monografias, relatórios de organizações internacionais ou de organizações não governamentais, etc.).

Tal permitiu aprofundar o conhecimento das situações de pobreza, até aí muito superficialmente analisada e, quase sempre, associada a baixos (ou ausência de) rendimentos, contribuindo para um maior rigor e fundamentação na formulação e na discussão dos conceitos (*cf.* ponto 2.).

Para além da constatação de que a pobreza e a exclusão social não eram fenómenos apenas característicos dos países mais pobres, e do maior aprofundamento e precisão dos conceitos que os referi-

dos relatórios e estudos permitiram, outras análises se começaram também então a formular.

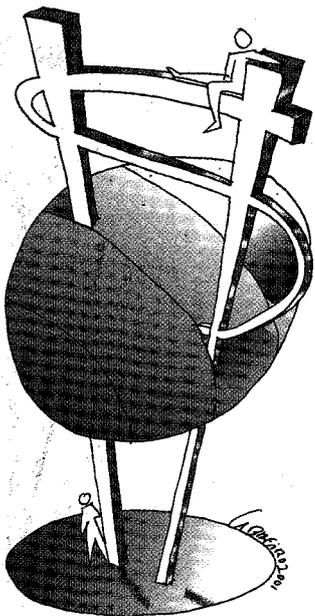
Tornou-se, por exemplo, possível evidenciar a extraordinária heterogeneidade das situações de pobreza e exclusão social entre os países e dentro dos países (*cf.* ponto 4.), exigindo grelhas de observação e de análise e estratégias de intervenção e políticas mais diversificadas.

Nos países mais pobres predominam as situações de escassez de recursos (associada ao conceito de pobreza), levando à insatisfação de necessidades básicas (privação), em termos absolutos, e à marginalização face a padrões de vida mínimos. Muito frequentemente, no entanto, os laços comunitários, assentes nas redes familiares e de vizinhança, mantêm-se activos, evitando uma exclusão social absoluta (pelo menos na "proximidade").

Já nos países mais ricos, a escassez de recursos verifica-se mais em termos relativos (face a um padrão de vida dominante ou médio), embora as situações de privação absoluta tenham aumentado nos últimos anos (como no caso dos "sem-abrigo"). Em contrapartida, as situações de exclusão social têm vindo a agravar-se, por quebra dos laços sociais (como é nomeadamente o caso dos idosos, das crianças e dos jovens em famílias desestruturadas, dos desempregados de longa duração, das minorias étnicas, etc.), mesmo que os outros recursos não sejam escassos.

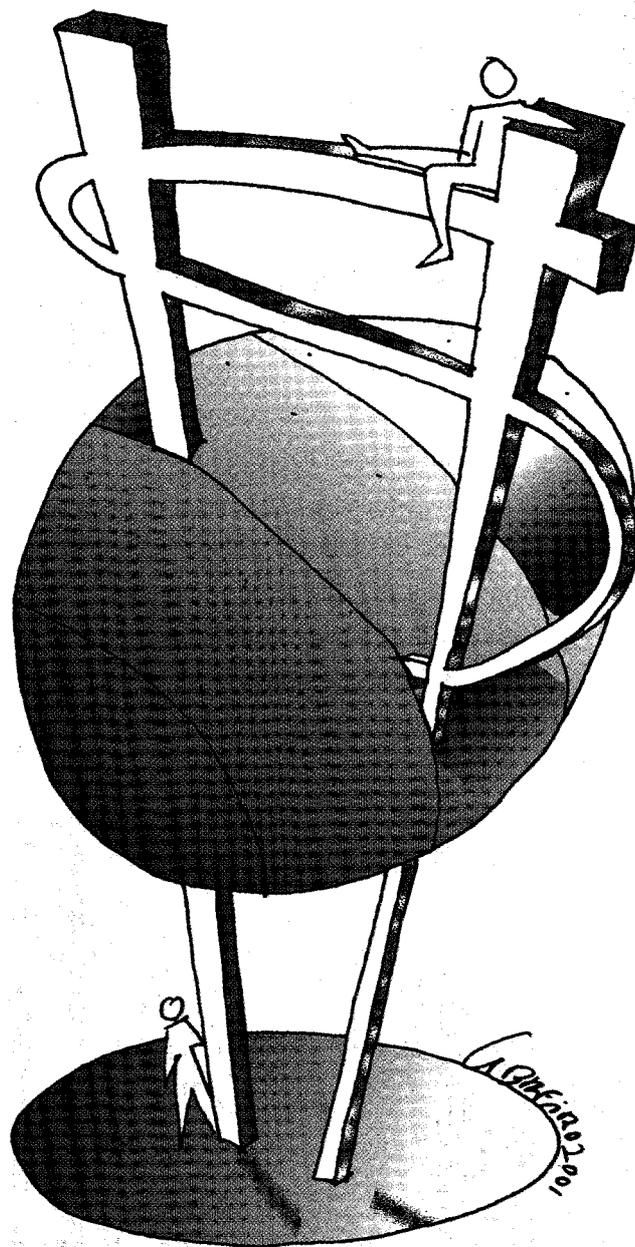
Por outro lado, o agravamento das situações tradicionais e o surgimento de novas modalidades de pobreza e exclusão social no Mundo parecem estar inter-relacionados com uma teia complexa de factores (*cf.* ponto 3.), de que se assinalam os seguintes:

- Permanência (senão mesmo aprofundamento) dos chamados "ciclos viciosos" do subdesenvolvimento.
- Globalização das sociedades contemporâneas com extraordinária intensificação das suas lógicas competitivas.
- Aceleração do progresso tecnológico e consequente acentuação do hiato entre os muitos qua-



lificados e os desqualificados profissionalmente, fragilizando estes últimos.

- Flexibilização do mercado de trabalho, como reflexo da crise económica, tornando precários e inseguros os vínculos laborais e os respectivos rendimentos, sobretudo para os mais desqualificados.
- Crise do Estado-providência e tendência para a liberalização das economias, deixando ao mercado a regulação económica e social (como bem ilustram os Programas de Ajustamento Estrutural, preconizados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, cuja aplicação deixou marcas sociais bem profundas nos países mais pobres).
- Degradação das condições ambientais (tais como desertificação, salinização e contaminação das águas subterrâneas, esgotamento de recursos naturais, extinção de espécies animais e vegetais, poluição do ar, aumento dos lixos e dificuldades do seu tratamento, deficientes condições de saneamento básico, etc.), agravando as condições de vida das populações mais desprotegidas.
- Individualismo crescente e perda das relações de solidariedade e dos contextos comunitários, como resultado do que se poderia designar por “modernização do tipo ocidental” (adopção dos modos de vida das sociedades consumistas e hedonistas ocidentais).
- Aumento dos fundamentalismos e fanatismos étnicos e religiosos, contribuindo para a marginalização (económica, social, cultural e política) de grupos sociais e étnicos de diferentes tipos.
- Insegurança crescente das populações a vários níveis, decorrente de situações diversas como: instabilidade económica, guerras e conflitos inter-étnicos, falta de alimentos, falta de acesso à saúde, desastres ambientais, perseguições políti-



cas e/ou religiosas, falta de liberdade, marginalização cultural, etc.

Muitos destes factores estão de tal maneira correlacionados com situações de pobreza e de exclusão social que é difícil destrinçar o que são causas e o que são efeitos (como é, por exemplo, o

caso da degradação ambiental, de muitas atitudes de fanatismo e fundamentalismo interétnico, de algumas situações de insegurança, etc.).

A tendência das sociedades contemporâneas para a globalização, nomeadamente na sua versão mais economicista, é apontada por muitos autores e relatórios⁵ como um dos factores mais decisivos no agravamento e no surgimento de novas situações de pobreza e exclusão social.

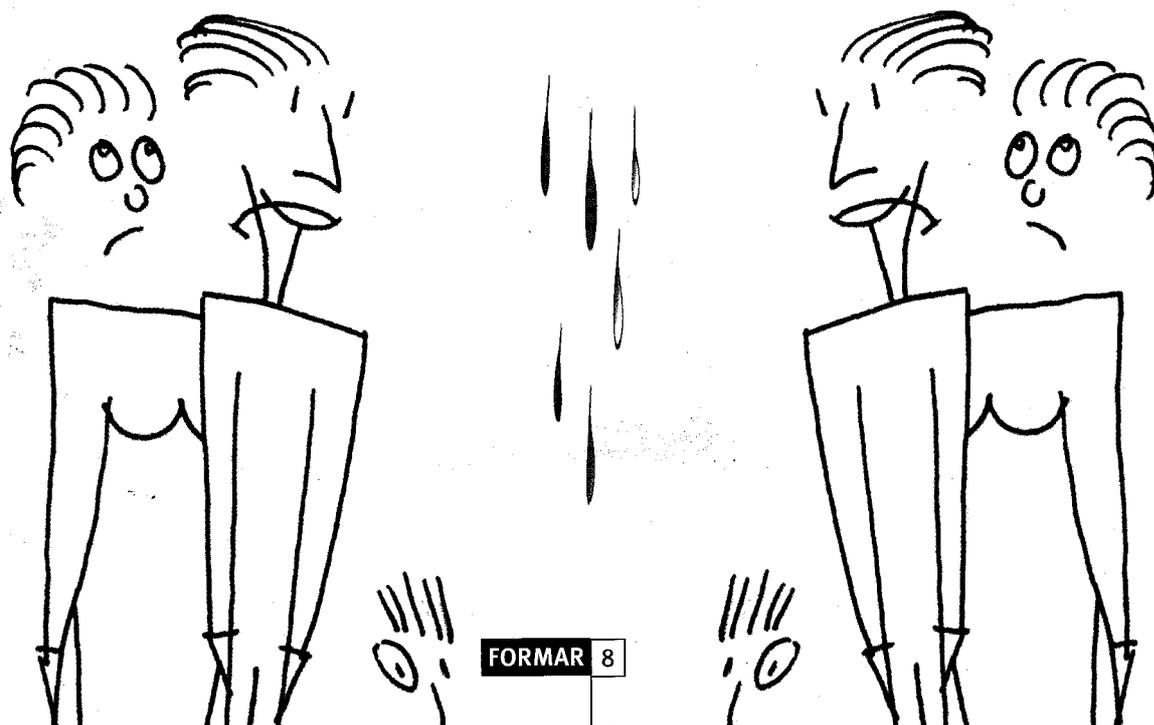
Por um lado, com a globalização, o crescimento económico das últimas décadas gerou um acréscimo significativo da riqueza mundial. A generalidade dos indicadores económicos e sociais registou progressos significativos, tal como os valores⁶ que a seguir se apresentam mostram:

- A taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* em termos reais foi superior a 1% no período de 1990-97.
- No mesmo período, o consumo real *per capita* aumentou a uma taxa média anual de 2,4%.

- A esperança de vida nos países em desenvolvimento era de 55 anos em 1970 e de 65 anos em 1997.
- A taxa de mortalidade infantil em 1997 decresceu cerca de 40% relativamente a 1970.
- Em 1980 a taxa de alfabetização de adultos era de 55% e em 1997 era de 76%.
- No período de 1990-97 o número de pessoas com acesso a água potável quase duplicou.

Todavia, o progresso registado não foi uniformemente distribuído, quer em termos mundiais, quer ao nível de cada país. A desigualdade parece estar implícita no processo de globalização, verificando-se inclusive um agravamento acentuado das desigualdades, não só entre os países, como dentro de cada país, contribuindo para diferentes situações de pobreza e exclusão social.

A caixa 1 (retirada do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999 do PNUD) ilustra bem este facto.

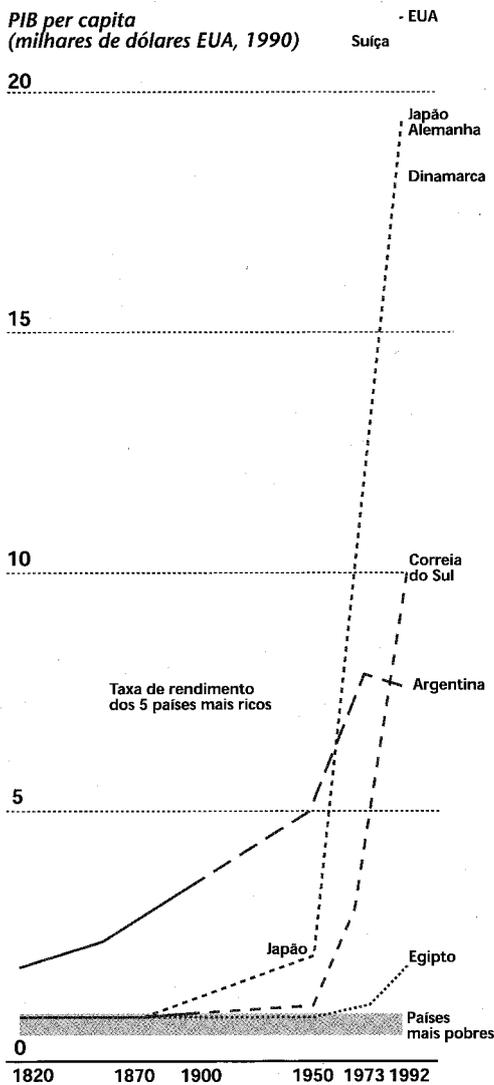


Caixa 1

ALARGAMENTO DOS HIATOS ENTRE RICOS E POBRES DESDE O INÍCIO DO SÉCULO

As desigualdades mundiais têm estado a crescer constantemente durante quase dois séculos. Uma análise das tendências de longo prazo na distribuição mundial do rendimento (entre países) mostra que a distância entre os países mais ricos e os mais pobres era de cerca de 3 para

1 em 1820, de 11 para 1 em 1913, de 35 para 1 em 1950, de 44 para 1 em 1973 e de 72 para 1 em 1992. O mais surpreendente é que os Britânicos tinham, em 1820, um rendimento quase seis vezes maior do que o dos Etíopes em 1992!



Estas tendências encobrem o facto de muitos países terem alcançado os mais avançados. O Japão, por exemplo, tinha apenas 20% do rendimento dos EUA em 1950 mas 90% em 1992. A Europa meridional experimentou uma tendência semelhante – com 26% do rendimento do EUA em 1950 e 53% em 1992. Alguns países árabes também observaram crescimentos significativos dos rendimentos.

Os países mais ricos e mais pobres, 1820-1992
PIB per capita (dólares EUA de 1990)

MAIS RICOS

1820	1900	1992
Reino Unido 1.756	Reino Unido 4.593	Estado Unidos 21.558
Holanda 1.561	Nova Zelândia 4.320	Suíça 2.036
Austrália 1.528	Austrália 4.299	Japão 19.425
Áustria 1.295	Estados Unidos 4.096	Alemanha 19.351
Bélgica 1.291	Bélgica 3.652	Dinamarca 18.293

MAIS POBRES

Indonésia 614	Myanmar 647	Myanmar 748
Índia 531	Índia 625	Bangladesh 720
Bangladesh 531	Bangladesh 581	Tanzânia 601
Paquistão 531	Egípto 509	Congo
China 523	Gana 462	Democrático 353
		Etiópia 300

Fonte: Maddison, 1995

Fonte: PNUD (1999) Relatório do Desenvolvimento Humano

A erradicação da pobreza e a luta contra a exclusão social tornaram-se assim um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos do século XXI, pois não é possível continuar a "conviver" com um quadro como o que se quantifica a seguir.

"Quase 800 milhões de pessoas passam fome e não têm segurança alimentar e cerca de 1,2 mil milhões vivem com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC, 1993). Mesmo nos países da OCDE, quase 8 milhões de pessoas estão subalimentadas. Só nos Estados Unidos, cerca de 40 milhões de pessoas não estão abrangidas pela segurança na saúde e um em cada cinco adultos é funcionalmente analfabeto"

(...)

"Todos os anos mais de 5 milhões de pessoas morrem de doenças diarreicas causadas pela contaminação da água."⁸

2. OS CONCEITOS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NA SUA GÊNESE E EVOLUÇÃO RECENTE

Face ao que se referiu no ponto anterior, compreende-se porque é que os conceitos de pobreza e exclusão social têm suscitado um debate crescente não só entre os cientistas sociais, como também entre os políticos e os interventores.

De facto, os aspectos relacionais que os caracterizam, bem

como a crescente complexidade das vertentes e factores considerados, têm dificultado a definição de fronteiras de conceptualização.

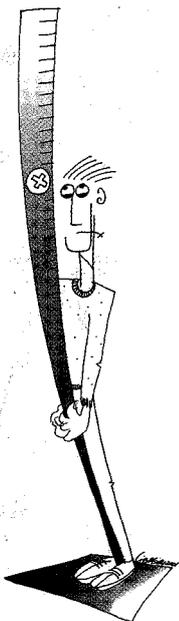
Ao nível do discurso político e da própria formulação e avaliação da política social, estes conceitos são geralmente confundidos, tendo vindo a ganhar importância a concepção de exclusão social em detrimento do conceito de pobreza. Tal facto não é com certeza alheio à proliferação de novas formas de pobreza, nomeadamente no denominado Primeiro Mundo, mas também à natureza mais complexa e mais alargada do primeiro.

Embora distintos, os dois conceitos visam traduzir um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos detêm face a uma dada norma, definida em termos da satisfação de determinadas necessidades consideradas básicas ou relativamente a um padrão social dominante de bem-estar. Trata-se, assim, de conceitos que de alguma forma se intersectam. A sua distinção exige, a montante, a definição das causas que lhes estão subjacentes e, a jusante, a identificação das suas diferentes formas de manifestação e consequências.

No sentido de clarificar o significado dos conceitos de pobreza e exclusão social, analisam-se de seguida as diversas formulações dos mesmos e a sua recente evolução, iniciando-se esta análise com a definição de pobreza.

A pobreza manifesta-se através de um conjunto de carências ao nível da alimentação, da educação, da saúde, da habitação, do vestuário, da situação profissional e da participação na vida da sociedade, podendo tais carências ocorrer apenas num ou em vários dos diversos domínios considerados.

Trata-se, assim, de um fenómeno multidimensional e, por isso, relativamente complexo de con-



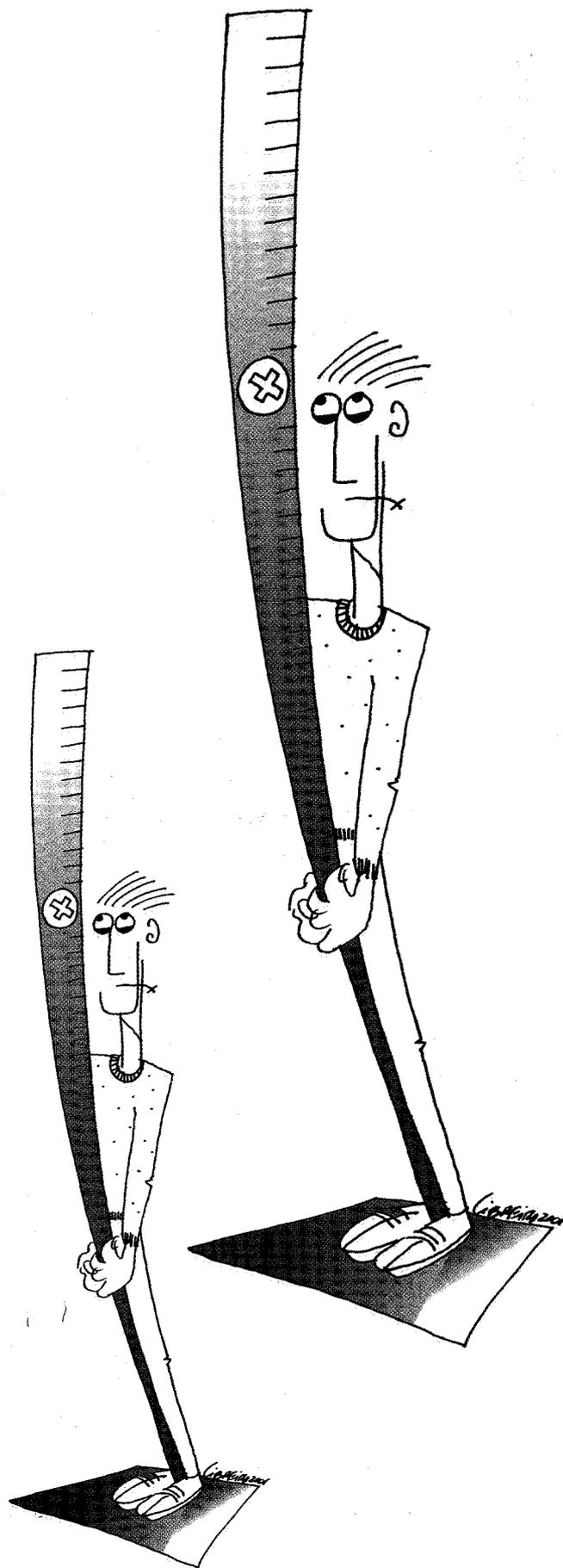
ceptualizar. O recente desenvolvimento de estudos sobre a pobreza tem estimulado a proliferação de definições e alimentado polémicas. Todavia, num ponto todos estão de acordo – a pobreza significa um reduzido nível de bem-estar. A questão que se coloca é como medir o bem-estar e qual o nível de bem-estar mínimo abaixo do qual um indivíduo é considerado pobre.

Os diversos conceitos de pobreza baseiam-se geralmente numa das três vertentes que se seguem: rendimento, consumo e bem-estar (abrangendo as condições de vida em geral). Neste contexto é possível identificar duas metodologias de análise da pobreza: do ponto de vista das condições de vida propriamente ditas ou em termos da detenção de um nível mínimo de recursos.

Os conceitos de pobreza são geralmente classificados em uma de duas categorias: pobreza relativa ou pobreza absoluta, consoante se defina o limiar de pobreza com referência ao padrão de vida dominante na sociedade (conceito relativo) ou sem essa referência (conceito absoluto).

É também comum utilizar uma segunda grelha de análise dos conceitos de pobreza, associada à forma como é identificada a população pobre. Temos assim os conceitos subjectivos – quando a avaliação que um indivíduo faz das suas condições de vida face à pobreza é integrada no processo de identificação – ou, na situação contrária, quando tal avaliação não é considerada, os conceitos objectivos.

No início deste século Rowntree efectuou os primeiros estudos sobre a pobreza através da observação das condições de vida das populações, realizando assim uma análise directa do fenómeno⁹ e dando origem à abordagem das necessidades básicas.





Abordagem das necessidades básicas: são pobres todos os indivíduos cujo rendimento seja inferior a um montante mínimo necessário à satisfação de um conjunto de necessidades consideradas básicas, que incluem itens como: alimentação, transportes e gastos relacionados com a cultura e a integração social do indivíduo.

A formulação de pobreza de Rowntree envolve, contudo, alguns problemas de operacionalização, nomeadamente a seriação das necessidades básicas e a transformação das necessidades nutricionais em dieta alimentar.

Mais tarde, o conceito de pobreza baseado na média ou mediana da distribuição do rendimento surge como uma abordagem alternativa de análise do fenómeno da pobreza.

Conceito de pobreza baseado no rendimento médio ou mediano da população: são pobres todos os indivíduos cujo rendimento seja inferior a uma dada proporção do rendimento médio ou mediano.

Trata-se de uma metodologia utilizada em diversos trabalhos sobre a pobreza tais como: Townsend (1979), OCDE (1976) e CEE (1991). O limiar de pobreza situava-se, nestes trabalhos, em valores como 2/3, 1/2 e 2/5 do rendimento médio.

Ainda baseada na variável rendimento e utilizando uma avaliação indirecta do problema da pobreza, a definição oficial ou institucional constitui uma forma alternativa de identificação da população pobre.

Definição oficial: são pobres todos os indivíduos cujo rendimento é inferior a um determinado montante considerado minimamente aceitável pelas autoridades oficiais.

Trata-se, obviamente, de um conceito que envolve, para além das questões de sobrevivência, factores de carácter político mais relacionados com o que pode ser feito do que com o que deve ser feito. O Rendimento Mínimo Garantido pode funcionar em Portugal como uma linha oficial de pobreza.

Baseada na variável consumo e realizando uma abordagem directa da pobreza, a definição utilizada por Townsend (1979) permitiu introduzir a distinção entre os conceitos de pobreza e privação. O conceito de pobreza de Townsend envolve a comparação com o padrão de vida dominante na comunidade.

Critério de participação no padrão de vida dominante: são considerados pobres os indivíduos que não dispõem dos recursos necessários para fazerem face às necessidades alimentares, terem as condições de vida e de conforto genericamente difundidas e participarem nas actividades sociais e culturais da sociedade a que pertencem.

A privação, por seu turno, consiste na inexistência de condições para participar no padrão de vida dominante. Neste contexto, a pobreza não é mais do que a situação de privação resultante da escassez de recursos. Através de um vasto conjunto de indicadores de estilo de vida é avaliada a situação de privação dos indivíduos.

O Relatório do Desenvolvimento Humano 1997 introduziu um conceito de pobreza – pobreza humana – que pretende abarcar um vasto conjunto de necessidades para além das directamente relacionadas com o rendimento e que vai na linha da definição de Townsend.

Pobreza humana: todos os indivíduos aos quais são negadas as escolhas mais elementares para o desenvolvimento humano associadas a uma vivência longa, saudável e criativa, com liberdade, dignidade e participação, são considerados pobres.

Com base neste conceito é apresentada uma medida de pobreza – Índice de Pobreza Humana – que avalia o estado de privação das populações segundo três vectores: sobrevivência, conhecimento e nível de vida adequado.¹⁰

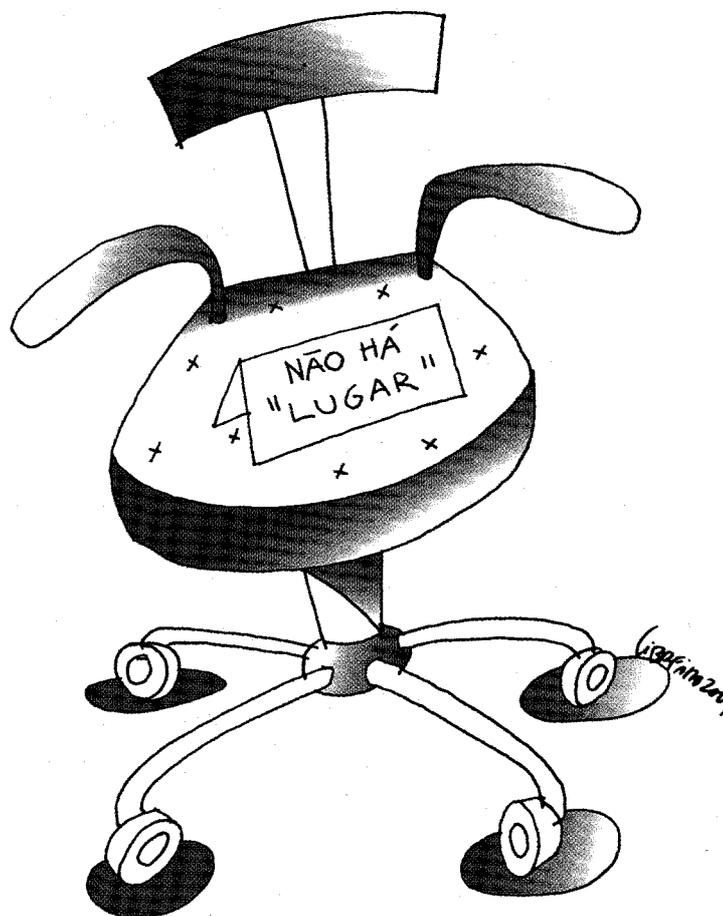
Na tentativa de abranger a multidimensionalidade do fenómeno da pobreza, os conceitos de pobreza têm vindo a incluir um vasto leque de elementos que vão desde a mera subsistência física até à participação na vida comunitária.

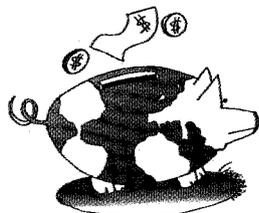
A definição de pobreza da CEE na década de 70 centrava-se exclusivamente na escassez de recursos materiais. Todavia, actualmente esta definição alargou a noção de recursos a outras áreas como sejam os domínios social e cultural. Assim, o conceito de pobreza adoptado em 1984 estabelece que: “Por pobres devem entender-se as pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida minimamente aceitável do Estado-membro onde residem.”¹¹

A globalização está na origem do aparecimento de novas formas de manifestação do fenómeno da

pobreza especialmente visíveis nas economias mais desenvolvidas. Esta nova pobreza não se cinge à escassez de recursos materiais, podendo traduzir-se pela não participação no padrão de vida dominante devido a factores como: a escolaridade, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da informação cibernética. É neste contexto que o conceito de exclusão social ganha importância relativamente à definição de pobreza.

A exclusão social significa fundamentalmente desintegração a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político. Reflecte-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não





participação na vida comunitária e implica o que Robert CASTEL (1991) chama de

“desafiliação” em relação à sociedade: o não reconhecimento do lugar na sociedade.

Para Henri BARTOLI (1992)

“o excluído não é só pobre do ponto de vista material, mas tem de viver com a incerteza do amanhã, com fracos meios de poder e de pressão e com o desprezo dos outros e de si próprio”.

A exclusão social é um conceito mais abrangente do que a noção de pobreza. A exclusão social traduz-se pela ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida da comunidade em exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão.

Tem, por outro lado, um forte carácter relacional, considerando-se que as relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar das populações, sendo a sua quebra uma forma de não participação na sociedade.

Pode-se então dizer que:

A exclusão social é uma situação de perda dos vínculos sociais e de não participação mais genérica na sociedade, traduzindo-se na falta de “lugar” face às oportunidades oferecidas pela sociedade.

Pobreza e exclusão social dizem, portanto, respeito a situações distintas, embora na generalidade dos casos se verifiquem conjuntamente. Ou seja, a

exclusão social radica fundamentalmente na pobreza embora não se resuma a esta: há pobres que não são excluídos socialmente dos seus contextos comunitários e há excluídos (sobretudo nos países ricos) que não são pobres do ponto de vista material.

Tal como a pobreza, também a exclusão social assume formas distintas consoante se verifique em países ricos ou pobres. De acordo com o International Institute for Labour Studies (1997:9):

“(…) Nos países industrializados, a exclusão está sobretudo associada a desemprego de longa duração, à perda de direitos relacionados com o trabalho e com o Estado-providência e ao processo de ruptura dos laços sociais e desafiliação. Nos países em desenvolvimento e nas economias em transição, a exclusão social está muito mais relacionada com o processo de criação do mercado de trabalho (...) não está intimamente associada a direitos sociais, mas também à luta pelos direitos civis e políticos.”

Este estudo apresenta diversas noções de exclusão social adequadas a determinados países, de acordo com as características económico-sociais dos mesmos. Todas estas definições incluem a generalidade dos elementos que compõem a noção de exclusão social acima referida.

As recentes definições de pobreza, ao alargarem o leque de desvantagens sociais a outros domínios para além do material e ao incluírem uma referência explícita ou implícita a um dado estilo de vida estão, de certa forma, a aproximar-se do conceito de exclusão social, cuja operacionalização se faz aliás por via da pobreza, dada a dificuldade em medir as suas vertentes já assinaladas.

3. FACTORES E CAUSAS DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

O carácter multidimensional e sistémico da pobreza e a variada gama de formas de manifestação do fenómeno tornam relativamente complexa a tarefa de identificação dos elementos que estão na sua origem, assim como a clarificação das potenciais relações de causalidade estabelecidas.

A pobreza resulta, acima de tudo, da interacção e convergência de diversas desvantagens sociais que, não explicando isoladamente o fenómeno, desencadeiam no seu conjunto um cenário propício à sua propagação.

Neste contexto é mais correcto falar de factores de pobreza, uma vez que as possíveis relações de causalidade não são lineares. Por isso, a análise a desenvolver neste texto centra-se fundamentalmente na definição de um conjunto de elementos potencialmente associados à pobreza, tentando clarificar as relações que tais elementos podem estabelecer com o fenómeno.

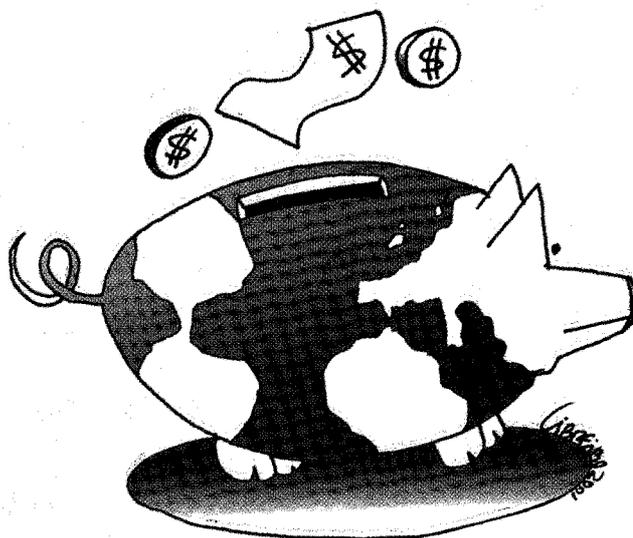
Para efeitos de análise são considerados três conjuntos de factores: (i) factores macro (globais), (ii) factores meso (locais ou sectoriais) e (iii) factores micro (pessoais e familiares).

I – FACTORES MACRO (GLOBAIS)

Como factores macro potencialmente associados à pobreza consideram-se os que dizem respeito às configurações estruturais da economia mundial e dos modelos de desenvolvimento e de organização e funcionamento dos sistemas económicos e financeiros predominantes no Mundo num determinado período, bem como aos valores, normas e princípios deles decorrentes.

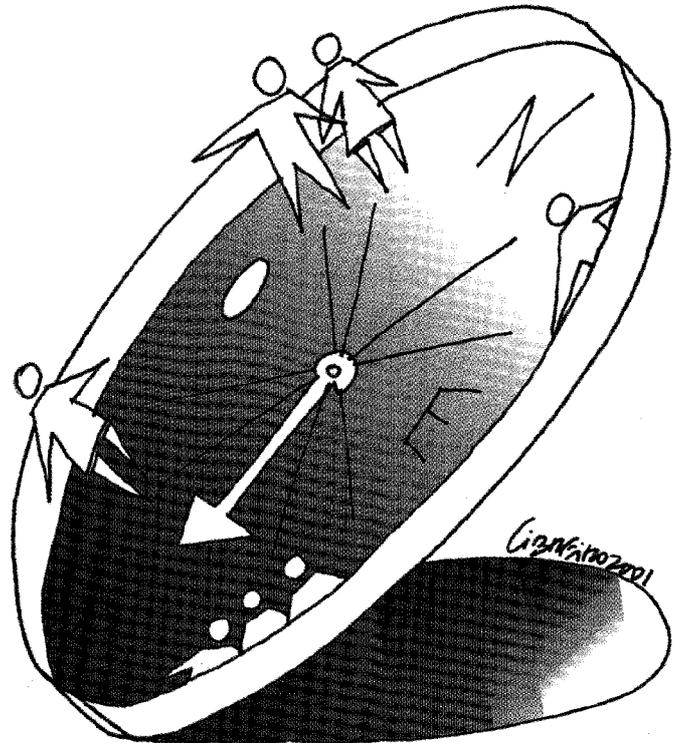
Como exemplos pode-se citar, entre outros, muitos dos factores que se referiram anteriormente, nomeadamente:

- Modelos de desenvolvimento economicistas, produtivistas, consumistas e quantitativistas predominantes em termos mundiais.



- Imposição etnocêntrica desses modelos aos países mais pobres, acentuando os chamados "círculos viciosos" do subdesenvolvimento.
- Globalização económica e financeira, com aumento da competitividade e da agressividade comercial, com custos sociais não controlados e não partilhados.
- Utilização das novas tecnologias da informação e das comunicações com efeitos negativos na polarização entre os que lhes têm acesso e os que estão isolados.

- Flexibilização e precarização das relações de trabalho, com frequentes situações de desemprego, redução ou falta de rendimento e instabilidade social.
- Perda da eficiência das respostas do Estado-providência.
- Degradação das condições ambientais, levando à fragilização das condições de vida.
- Individualismo crescente, como orientação cultural e comportamental dominante nas sociedades actuais (e reforçado com a crise das experiências socialistas), implicando a redução ou ruptura das redes familiares, comunitárias e sociais de ajuda.
- Outros valores e preconceitos dominantes de marginalização e de desprezo de grupos sociais, culturais, étnicos e políticos.¹²
- Políticas públicas de orientação discriminatória.



II – FACTORES MESO (LOCAIS OU SECTORIAIS)

Trata-se de um conjunto de factores que, podendo ter origem nas políticas macro ou nos elementos culturais dominantes, têm um impacte mais significativo ao nível local ou sectorial. Aliás, a posição geográfica ou sectorial pode atenuar ou acentuar a sua importância. Neste grupo podem considerar-se, como exemplos:

- Atitudes culturais e preconceitos e comportamentos sociais de discriminação de base local: por exemplo de uma comunidade face a imigrantes, a toxicodependentes, a portadores de HIV que frequentem certas instituições, etc.
- Políticas regionais e locais (autárquicas, por exemplo) que criam, reforçam ou bloqueiam si-

tuções de pobreza e exclusão social: políticas de construção que desalojem populações pobres; políticas de realojamento que criem ilhas de exclusão social; decisões que discriminem minorias étnicas; ausência de decisões que impeçam a acessibilidade dos serviços públicos aos deficientes, etc.

- Existência de culturas locais fechadas que acentuem *ghettos*.
- Reestruturações sectoriais, implicando alterações profundas nos processos produtivos de certos sectores de actividade (como aconteceu, por exemplo, nos anos 70 e 80 com os sectores da siderurgia, da construção e reparação naval, da indústria automóvel, etc.

III – FACTORES MICRO (PESSOAIS E FAMILIARES)

São incluídas neste conjunto variáveis como: dimensão e estatuto da família, saúde, idade, educação, percursos e histórias de vida, projectos de vida, opções pessoais, oportunidades aproveitadas e perdidas, etc. Trata-se de um conjunto de elementos intensamente interligados cuja importância, enquanto factores de pobreza, se faz sentir fundamentalmente através das interacções estabelecidas.

Exemplificando:

Dimensão e estatuto da família – A transmissibilidade intergeracional da pobreza é sem dúvida uma via privilegiada de perpetuação do fenómeno. As condições de vida da família condicionam desde muito cedo o futuro das crianças nascidas em agregados pobres, quer através dos recursos materiais disponíveis, quer dos aspectos sociais e culturais que caracterizam alguns modos de vida em situação de pobreza. Daí a importância do Estado, das instituições, das ONG e da comunidade como agentes dissuasores dos ciclos familiares de pobreza.

Saúde – O estado de saúde influencia directamente o nível de rendimento, através da produtividade e das despesas realizadas com os cuidados médicos. Por isso, pode afirmar-se que a doença pode levar ao empobrecimento. Todavia, note-se que a relação entre saúde e pobreza também pode ser inversa, uma vez que a escassez de recursos está associada à alimentação deficiente e aos poucos cuidados de saúde primária que os pobres geralmente têm. Está, aliás, empiricamente comprovado que os pobres estão mais expostos à doença.

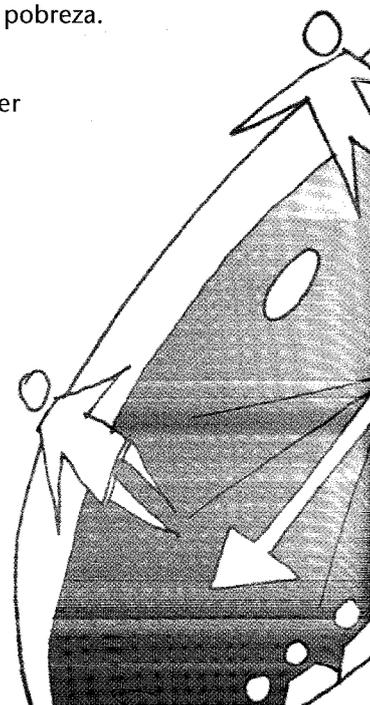
Por isso, poderá existir uma relação de causalidade mais forte entre pobreza e doença do que o contrário.

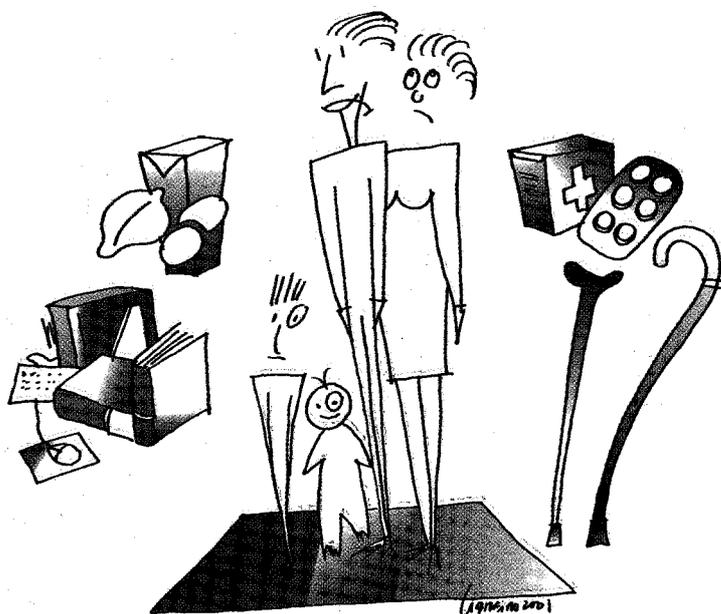
Idade – Os idosos, em particular os que vivem de pensões da Segurança Social, estão especialmente expostos à pobreza. Como a idade está geralmente associada ao aumento de cuidados de saúde, o número de anos pode funcionar como um mecanismo de vulnerabilidade à pobreza especialmente no que concerne a sua intensidade.

Educação – A população pobre possui, na sua quase globalidade, fracos níveis de educação e de formação profissional, o que constitui um forte *handicap* à sua integração no mercado de trabalho. A relação entre educação e pobreza parece formar um ciclo vicioso: as pessoas são pobres porque investiram pouco em si próprias, mas os pobres têm escassos recursos para aplicar em capital humano. A forma de funcionamento do mercado de trabalho e a própria globalização põem em causa a relação de causalidade entre educação e pobreza, tal como já foi analisado. Assim, será mais prudente afirmar que os baixos níveis de escolaridade acentuam a vulnerabilidade à pobreza.

Pode-se, em síntese, dizer que a pobreza e a exclusão social estão relacionadas com factores:

- a. Ligados à sociedade (portanto, de âmbito macro e meso), ou seja, à ausência de **oportunidades** e de respostas por parte desta.





b. Ligados às histórias pessoais e familiares concretas (portanto, de âmbito micro), ou seja, à fragilidade e/ou ao desaproveitamento das **capacidades** e das competências dos indivíduos.

4. PRINCIPAIS FORMAS, PROCESSOS E INCIDÊNCIAS DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza e a exclusão social manifestam-se de formas bastante diversificadas consoante a região, a forma de organização económico-social, a cultura dominante e o nível de desenvolvimento.

A análise das diversas formas de manifestação da pobreza e da exclusão social passa pela identificação das categorias sociais que lhes são mais vulneráveis e pela caracterização dos diferentes modos de vida em situação de pobreza. Inicie-se esta análise através das categorias sociais.

CATEGORIAS SOCIAIS MAIS VULNERÁVEIS À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL

Através dos vários trabalhos que têm sido realizados sobre a pobreza no Mundo, podem identificar-se alguns subconjuntos da população como especialmente vulneráveis à pobreza e à exclusão social.

São, genericamente, mais vulneráveis os seguintes grupos:

- pequenos agricultores e camponeses;
- idosos pensionistas;
- deslocados e refugiados;
- minorias étnicas;
- crianças, sobretudo órfãs ou pertencentes a famílias monoparentais ou desestruturadas;
- desempregados;
- trabalhadores desqualificados e com empregos precários;
- trabalhadores de média idade despedidos, no âmbito de processos de reestruturação empresarial;
- analfabetos formais ou funcionais;
- portadores de certas doenças agudas ou crónicas estigmatizadas socialmente (tuberculose, SIDA, hepatite B, cancro, etc.);
- indivíduos com incapacidades;
- mulheres em situação de monoparentalidade.

MODOS DE VIDA EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Os modos de vida entre a população pobre são diversificados. Esta diversidade resulta das estratégias prosseguidas no âmbito da pobreza, do referencial cultural, dos tipos e modos de consumo predominantes, da categoria social e do seu posi-

cionamento perante o passado, o presente e o futuro.

Para exemplificar, refere-se a seguir uma tipologia de modos de vida bastante completa, proposta por CAPUCHA (1998) com base em vários trabalhos sobre o fenómeno da pobreza em Portugal.

Nesta tipologia, que se apresenta a seguir, são sintetizadas as características fundamentais dos diferentes modos de vida de acordo com as seguintes variáveis:

- (i) categoria social predominante,
- (ii) estratégia de vida,
- (iii) posicionamento perante o passado, o presente e o futuro.

TIPOLOGIA DE MODOS DE VIDA EM SITUAÇÃO DE POBREZA

a. Transitoriedade

- i. Novos pobres.
- ii. Camuflar a situação de escassez de recursos que subitamente se instalou, recorrendo a familiares ou amigos próximos.
- iii. Impotentes perante o presente vivem nostalgicamente o passado. O futuro é algo incerto e sem uma estratégia definida.

b. Investimento na mobilidade

- i. Trabalhadores integrados no mercado de trabalho com alguma escolaridade e qualificação, dispondo de um rendimento estável.
- ii. Forte investimento nos filhos e/ou na aparência e conforto doméstico na tentativa de se aproximarem do padrão de vida dominante.
- iii. Vivem o presente com disciplina e conformidade às normas sociais com o objectivo de dei-

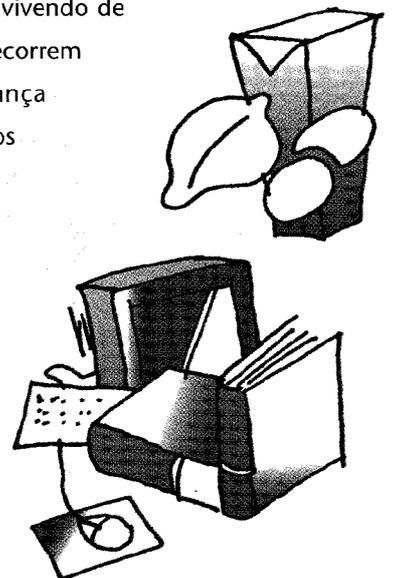
xarem a condição de pobres no futuro. O passado constitui uma referência negativa da qual se envergonham e pretendem distanciar.

c. Dupla referência

- i. Imigrantes.
- ii. Acumular os recursos suficientes para regressar à sua origem. Vivem uma situação de dupla referência: à sua terra natal, que constitui a sua principal referência cultural, e ao país de imigração, onde sentem que melhoraram as suas condições de vida.
- iii. O presente é vivido com bastante incerteza devido à situação de ilegalidade em que muitas vezes se encontram. O futuro é encarado com esperança e do passado têm fortes ligações afectivas apesar de reconhecerem a escassez de recursos materiais.

d. Convivialidade

- i. Habitantes de bairros antigos dos centros urbanos ou de *habitat* degradado e determinadas etnias tais como os ciganos.
- ii. Com uma integração quase exclusiva na economia paralela e vivendo de rendimentos incertos, recorrem muitas vezes à Segurança Social socorrendo-se dos mais variados expedientes.
- iii. Vivem intensamente o presente com uma sociabilidade exuberante e uma cultura de grupo bastante forte. Es-



tão afectivamente ligados ao passado não tendo preocupações relativamente ao futuro uma vez que é o presente que comanda a sua vida.

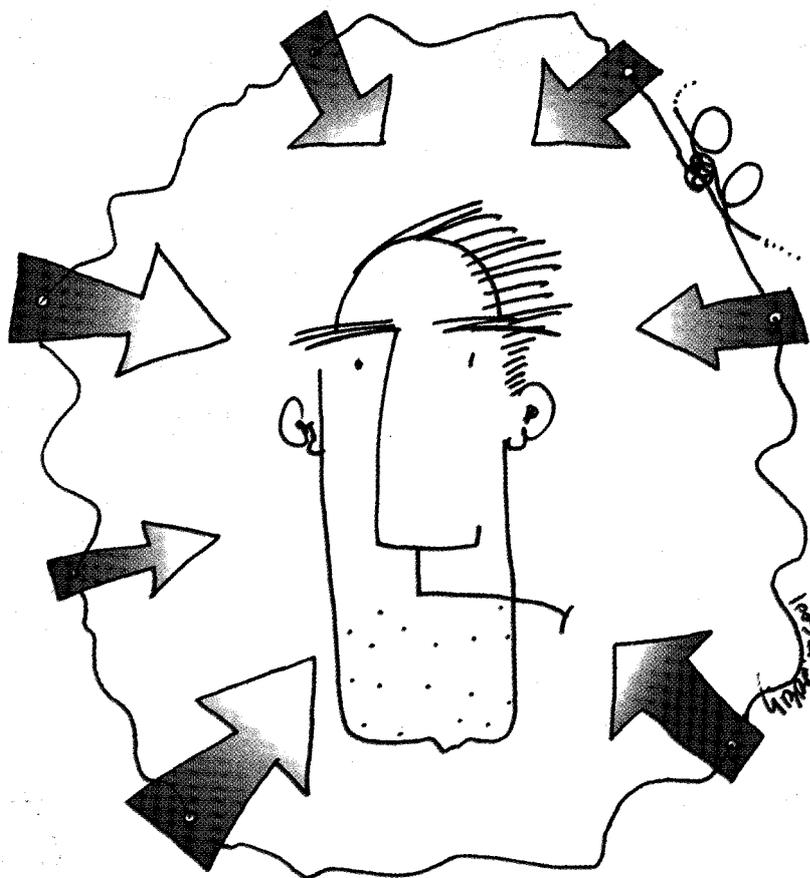
e. Restrição

- i. Indivíduos com fraca qualificação profissional, idosos pensionistas e desempregados.
- ii. Visam maximizar a utilidade dos seus consumos uma vez que possuem recursos bastante escassos e, por isso, criteriosamente aplicados. A sobrevivência diária é o seu principal objectivo de vida.

iii. O presente é vivido com bastante dificuldade mas conformadamente e o passado tem um carácter negativo. As dificuldades diárias não deixam espaço para delinear o futuro.

f. Poupança

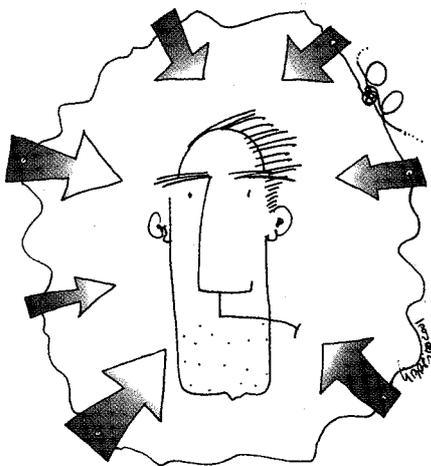
- i. Pequenos agricultores.
- ii. A agricultura de subsistência que geralmente praticam apenas lhes permite manter, com dificuldade, o património que possuem e ao qual estão fortemente ligados.
- iii. Apesar de afectivamente ligados ao passado e até porque vivem uma cultura marcadamente



rural, assumem as dificuldades do presente com o objectivo de manterem ou alargarem o património que detêm e garantirem alguma segurança na velhice.

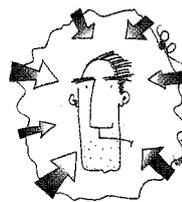
g. Destituição

- i. Pode ser integrado por qualquer das categorias sociais. Identifica-se com a miséria e por isso é a forma extrema de pobreza. É alargada aos indivíduos com modos de vida marginais que têm associadas outras problemáticas, como sejam: alcoolismo, toxicod dependência e doenças crónicas.
- ii. Vivem da caridade alheia e não têm uma estratégia de vida definida.
- iii. Estão amorfos perante o presente e não têm quaisquer laços com o passado nem quaisquer projectos de futuro.



NOTAS

- ¹ A taxa de pobreza é definida como a percentagem de agregados domésticos/indivíduos que dispõem de um "rendimento mensal médio equivalente" inferior à "linha de pobreza", situada, por seu turno, em 50% do "rendimento mensal médio equivalente" (que, em 1994, era, em Portugal, de 44 381 \$00, ou seja, 324 USD em paridades de poder de compra).
- ² Como se verá, mais adiante, nos Capítulos 3 e 4.
- ³ O conceito de "pobre" tomava como referência o critério indicado na nota 1.
- ⁴ In Atkinson (1998).
- ⁵ Cf. nomeadamente PNUD (1999).
- ⁶ Cf. PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano (1999) e World Development Indicators (1999).
- ⁷ Cf. PNUD (2000).
- ⁸ Cf. PNUD (1999).
- ⁹ Os trabalhos pioneiros deste autor podem ver-se em Rowntree (1901), *Poverty: A Study of Town Life* e Rowntree (1942), *Poverty and Progress: A Second Social Survey of York*.
- ¹⁰ Recentemente foram introduzidas algumas alterações ao cálculo deste índice que visam traduzir os contextos diferenciados de pobreza que caracterizam os países menos desenvolvidos e os países mais ricos. A sua apresentação pode ser vista em PNUD (1999).
- ¹¹ Decisão do Conselho, de 19 de Dezembro de 1984 (Cf. Atkinson – 1998).
- ¹² Como é o caso típico da atitude adoptada em geral na Europa face aos ciganos.



Rogério Roque Amaro

Professor Associado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Coordenador da Licenciatura em Economia.

Ana Rita Monteiro

Licenciada em Economia pelo ISCTE.

Amélia Bastos

Professora Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

O Combate à Discriminação Um Instrumento de Trabalho

O Balanço Dinâmico como instrumento de combate à discriminação social de públicos com dificuldade de integração profissional e social.

1. O CONCEITO DE DISCRIMINAÇÃO

Ao abordarmos o conceito de discriminação tendo em linha de conta a população com deficiência, uma primeira questão que se nos coloca é o efeito estigmatizante das próprias palavras. Qual a palavra mais adequada, menos depreciativa e discriminante para falar de alguém que tem dificuldades? Pessoa diferente? Excepcional? Extraordinário? Com necessidades especiais?... No decorrer do Seminário "Homens, Mulheres, Cores, Culturas" que se realizou no Estoril em Setembro 2000, alguém com surdez disse: "Acho que as pessoas que não aceitam a diferença não nos percebem e ficam aflitas."

Interessante é também a abordagem desta questão através da expressão artística, nomeadamente na expressão plástica nos doentes mentais, designada Arte Brutal/Marginal/Psicótica, que veio revelar toda uma riqueza e força subjacente ao doente mental, que teve e tem tido uma forte influência nos artistas modernos. É então razão para se dizer que "as marginalidades alimentam a norma e transformam-na", fazendo do normal/patológico um processo dinâmico ao sabor da evolução histórica.

A esta questão liga-se uma outra, que é a dos conceitos de inserção e integração.

A inserção remete-nos para uma ideia de aquisições de competências e habilidades que permitem à pessoa encontrar um papel social, construir uma identidade e criar uma ligação social.

A integração é um movimento de desenvolvimento face à colectividade; a integração é um movimento da colectividade face ao indivíduo, movimentos complementares na luta contra a discriminação.

Assim, a discriminação pode ser entendida como a restrição, a limitação do exercício e do usufruto dos Direitos do Homem.

Neste sentido, a discriminação é uma estratégia, consciente ou inconsciente, de conotações negativas, da diferença que se traduz para alguns, na inacessibilidade aos recursos da comunidade, a certos cargos e estatutos, por intermédio de um tratamento diferencial.

No lado oposto à discriminação temos a inclusão, que é ao mesmo tempo uma estratégia individual (inserção), que conduz ao reconhecimento do outro, e uma estratégia colectiva (integração), que permite que todos os cidadãos possam participar nos diferentes níveis de expressão da sociedade.

A inclusão surge-nos assim como um conceito-chave por oposição à discriminação, que integra os dois movimentos já atrás descritos de inserção e de integração, conceito-chave que deverá ter em linha de conta a contextualização da sociedade pós-moderna.

Por sua vez, a sociedade pós-moderna consiste na progressiva introdução da imagem no lugar classicamente ocupado pelo pensamento e pela palavra. Cada vez somos mais o que parecemos e não o que efectivamente somos. O incremento dos

modernos recursos da informática – as “imagens virtuais” confundindo real e imaginário, a Internet e o correio electrónico, a força da Comunicação Social – são meios cada vez mais poderosos sem os quais corremos o risco de não “existirmos”, ao mesmo tempo que a globalização nos padroniza, com sérios riscos em termos do respeito pela individualidade e identidade.

Assim, todo o processo de inclusão e necessariamente de combate à discriminação tem que passar por acções de visibilidade, de participação activa, recorrendo às novas tecnologias da informação/disseminação, num movimento que requer cada vez mais a promoção de uma cultura de cooperação, em oposição a uma cultura individualista e narcisista. A cooperação surge assim como um meio, uma estratégia fundamental no combate à discriminação e na valorização da individualidade e identidade de cada cidadão.





2. O BALANÇO DINÂMICO

Nascido no âmbito do programa Leonardo da Vinci, o Balanço Dinâmico é um instrumento de elaboração e concretização de projectos individualizados de inclusão profissional e social, vocacionado para pessoas portadoras de deficiência.

Faz subordinar a sua *praxis* a um conjunto de princípios orientadores dos quais destacamos:

- **A pessoa deficiente como “actor” do seu processo de inclusão**

O Balanço Dinâmico deve ser desenvolvido de forma a permitir que a pessoa com deficiência assumia dentro do possível o seu percurso, sendo por ele basicamente responsável. Ao(s) técnico(s) e intervenientes implicados neste processo compete-lhe(s), fundamentalmente, um papel de facilitador(es) desse mesmo processo, surgindo como figura(s) de recursos e de confrontação com a realidade.

- **O Balanço Dinâmico como abordagem unitária e processo de mudança interactiva**

Toda a instrumentação do “Balanço Dinâmico” inscreve-se numa dupla lógica: por um lado requer uma abordagem unitária/individualizada; por outro pressupõe um processo interactivo, o que obriga a responder a exigências de clareza, transparência, de capacidades de negociação, que garantam a preservação da singularidade da pessoa e a sua participação/implicação em todo este processo, qualquer que seja a tipologia da sua deficiência.

METODOLOGIA

Assenta num método instigador do diálogo e da pesquisa, baseada na confrontação de dados recolhidos directa e indirectamente sobre o utente, a fim de garantir, entre outros aspectos:

- A produção de um saber sobre si próprio.
- A definição de um ou mais projectos de mudança pessoal.
- A identificação de recursos e de modalidades necessárias à concretização dos projectos.
- A concretização desses projectos.

O utente dialoga “preferencialmente” com a figura do operador, que é um técnico com a função de acompanhar e promover situações nas quais o utente/pessoa com deficiência seja o “actor principal” do seu itinerário para a inserção.

PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PARA A INCLUSÃO – BALANÇO DINÂMICO

Compreende um conjunto de fases que, de uma forma sucinta, passamos a descrever:

1 – Atendimento do Candidato e Apresentação do Método

Num primeiro encontro o “operador” apresenta o processo ao candidato, seus objectivos e fases por que deverá passar, dando-lhe a conhecer os procedimentos de investigação, nos quais se incluem as pesquisas de informação externa (instituições, acompanhantes...) bem como o método de confrontação de apreciações. Aborda-se a questão do contrato que deve presidir a todo o processo do Balanço Dinâmico, contrato que se constitui como instrumento evolutivo, objecto de negociações à medida que se registam evoluções.

2 – Curriculum Vitae (CV)

Este documento comporta doze rubricas relativas ao percurso de vida efectuado pelo utente, bem como à sua situação actual, que são:

- 1 – Estado Civil.
- 2 – Rendimentos.
- 3 – Situação Familiar.
- 4 – Situação de Alojamento.
- 5 – Percurso Escolar.
- 6 – Percurso Profissional.
- 7 – Projecto Profissional.
- 8 – Antecedentes Médico-Sociais.
- 9 – Deficiência.
- 10 – Estado de Saúde Actual.
- 11 – Gestão do Tempo/Interesses/Tempos Livres.
- 12 – Outros Pontos Importantes.

Neste mesmo documento, e com base numa escala de avaliação onde se apura o grau de Satisfação, Importância e Perspectivas de Mudança de cada uma destas rubricas, registam-se as opi-

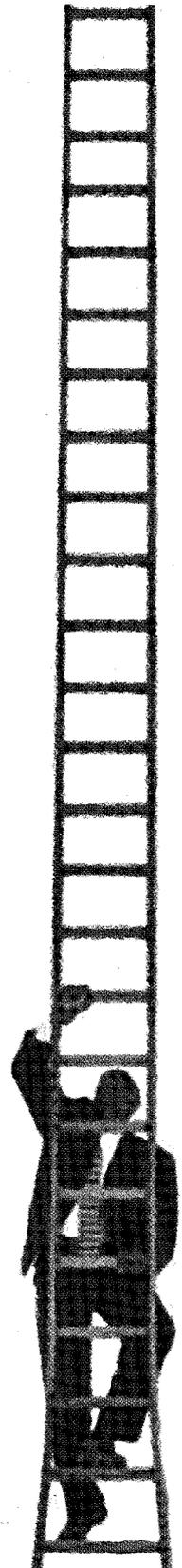
niões do utente, o mesmo acontecendo com as do meio envolvente (ex.: acompanhante) e ainda com as do meio institucional, o que permite a confrontação de três opiniões. Possibilita ainda que se efectue uma síntese das concordâncias registadas.

3 – Sessão de Confrontação das Opiniões e Sínteses

Em reunião (“operador”/utente) partilham-se os dados de observação e informações, analisam-se as concordâncias e as discordâncias apuradas e definem-se prioridades de acordo com a seguinte escala:

- 1 – Mudança prioritária.
- 2 – Mudança importante a tomar em consideração a médio prazo.
- 3 – Mudança desejável a prazo.
- 4 – Mudança valorizada.
- 5 – Manter o *status quo*.

De acordo com os dados apurados nesta reunião, poderá ser necessário proceder-se a uma avaliação mais pormenorizada de diferentes domínios/áreas da vida do utente antes de se passar a um programa concreto de inclusão.



4 – Investigação por Domínio

São cinco os domínios a avaliar: Autonomia, Socialização, Trabalho, Cognitivo e Funcionamento Pessoal. Para cada item são considerados quatro níveis: Bom, Médio, Insuficiente e Não Sei (?).

Neste processo convém, em primeiro lugar, ouvir a apreciação do utente sobre cada item, relacioná-lo com o seu caso particular e depois determinar a necessidade de avaliação externa.

Na totalidade o percurso de investigação por domínio comporta avaliações realizadas em directo ("operador"/utente) e avaliações realizadas no exterior (intervenientes e situações escolhidas/uten-tes/sínteses com o "operador"), o que dá uma abordagem ao mesmo tempo unitária e global, pormenorizada e precisa sobre o desenvolvimento a empreender.

5 – Classificação de Prioridades

Atribuídos os graus de Bom, Médio, Insuficiente, Não Sei (?) a cada item de avaliação, quer pelo(s)

observador(es), quer pelo observado/utente, procede-se como já se tinha feito no CV à classificação de prioridades.

Este é mais um momento de "negociação" onde são analisados os itens deficitários, as diferenças de anotações entre o(s) observador(es) e o utente, tendo este último, no entanto, a última palavra na atribuição das prioridades.

6 – Elaboração do Plano e do Programa Individualizado (PPI)

Definidas as prioridades, trata-se agora de elaborar um plano e programa personalizado que leve em linha de conta:

- Objectivos gerais correspondentes aos domínios prioritários.
- Objectivos específicos correspondentes aos itens de cada domínio.
- Programa desejado por objectivos específicos.
- Programa ou recursos disponíveis.
- Prazos/resultados da avaliação.

As etapas e fases do Balanço Dinâmico têm uma duração no tempo, de acordo com os problemas postos por cada utente. A realização do PPI implica a redacção de contratos de acção com os parceiros externos, escolhidos pelas suas competências mas também em função das suas capacidades de acolhimento. A este nível, é possível que se mostre necessário haver novas negociações, reorientando os percursos, novas escolhas de prioridades, avaliações complementares, etc.

O PPI devidamente redigido é duplicado, pertencendo um exemplar ao utente e outro ao "operador". Ele formaliza o fim da intervenção do "ope-



rador". No entanto, e conforme os casos, esta ligação poderá manter-se, assegurando um acompanhamento e reactualização do PPI, ou poderá ser transferido para outros "operadores" e organismos competentes, sendo esta transferência, dentro do possível, da responsabilidade do utente.

3. NOTAS FINAIS

De acordo com o exposto parece ficar claro que:

- O Balanço Dinâmico é um instrumento que permite elaborar e acompanhar itinerários individuais de inserção, assumindo-os como verdadeiros projectos de vida que têm em linha de conta a pessoa deficiente no seu todo, isto é, nos seus mais variados aspectos de vida: sociais, familiares, escolares, profissionais e de saúde.
- Promove uma articulação estreita, quer a montante quer a jusante, com os mais diversos serviços, como é o caso de escolas, hospitais, instituições de âmbito social, centros de emprego e de formação profissional, entidades empregadoras e a comunidade em geral, incentivando a criação e manutenção de redes de "cuidados especializados", facilitadores do processo de integração social.
- A sua metodologia assegura um processo contínuo e de fácil transferência entre estruturas e pessoas de outras instituições ou serviços, qualquer que seja a tipologia da deficiência.
- Assim, o Balanço Dinâmico parece inscrever-se nos conceitos de inclusão, ao fazer congregar simulta-

neamente estratégias individuais (inserção) e estratégias colectivas (integração), propondo uma cooperação activa e contínua entre utente e serviços, oferecendo-se nesse sentido como um excelente meio de combate à discriminação social.



Francisco Salgado
Conselheiro de Orientação
Profissional do CRPA/R

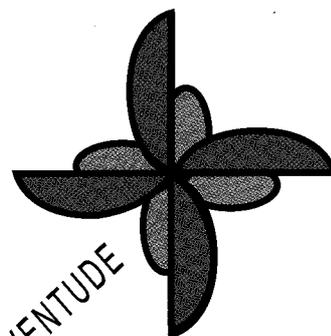
BIBLIOGRAFIA

- SAVOIR ET COMPETENCE EST; ELAN; AIGS; CRPA/R (1998). O Balanço Dinâmico – O Contexto de Emergência e de Realização do Projecto. Programa Leonardo da Vinci (Projecto Start).
- SAVOIR ET COMPETENCE EST; ELAN; AIGS; CRP A/R. (1998). O Balanço Dinâmico – Os Eixos Directores. Programa Leonardo da Vinci (Projecto Start).
- SAVOIR ET COMPETENCE EST; ELAN; AIGS; CRP A/R (1998) : O Balanço Dinâmico – O Guia Operador. Programa Leonardo da Vinci (Projecto Start).
- SEMINÁRIO EUROPEU E FESTIVAL DE DESPORTO, ARTE, CULTURAS (2000) – Conclusões do Seminário "Homens, Mulheres, Cores, Cultura" organizado pelo CRP – Alcoitão/Ranholas.
- Zimerman, D. (2000), *Fundamentos Básicos das Grupoterapias*, Porto Alegre, Artes Médicas Editora.

Associação Cultural Moinho da Juventude

O Moinho nasceu e vive há vinte anos num bairro clandestino, suburbano e multicultural. A sua actividade é uma prova da importância do reconhecimento da identidade cultural das pessoas.

MOINHO DA JUVENTUDE



A ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE

A Associação Cultural Moinho da Juventude nasceu de um trabalho informal que, além de actividades lúdicas, dinamizou uma biblioteca infanto-juvenil com 700 crianças inscritas, organizou mulheres a trabalhar no serviço doméstico e lutou pelo saneamento básico nos primeiros anos da década de 80.

O Alto da Cova da Moura, onde a sua acção decorre, é um bairro clandestino às portas de Lisboa. É um bairro muito jovem em dois sentidos: só a partir de 1978 a maioria das casas começaram a ser edificadas e também porque mais de metade dos 6000 moradores têm menos de 20 anos. Um bairro que transborda de energia.

É um bairro multicultural. Cerca de 70% da população é de origem cabo-verdiana, mas nele ainda vivem angolanos, são-tomenses, guineenses e portugueses. Nos últimos anos, trabalhadores dos países de Leste encontraram aqui contactos com empreiteiros e um cantinho para se acolherem.

Em termos gerais, as actividades do Moinho da Juventude desenvolvem-se a nível social, cultural e económico, envolvendo crianças, jovens e adultos.

A nível social mantém um "Núcleo de Apoio aos Moradores", que luta pela melhoria das condições de habitação, higiene e saúde no bairro, pela sua recuperação e legalização e apoia os moradores indocumentados.

Preservar e divulgar a cultura de origem dos moradores tem sido uma das traves-mestras do

Moinho, traduzida nas actividades dos grupos culturais como “Kolá San Jon”, o “Grupo de Batuque Finka Pé” e “Ta kai Ta Rabida”. Mantém uma venda de livros editados em Cabo Verde, bem como um pequeno Centro de Documentação que tem tido crescente procura.

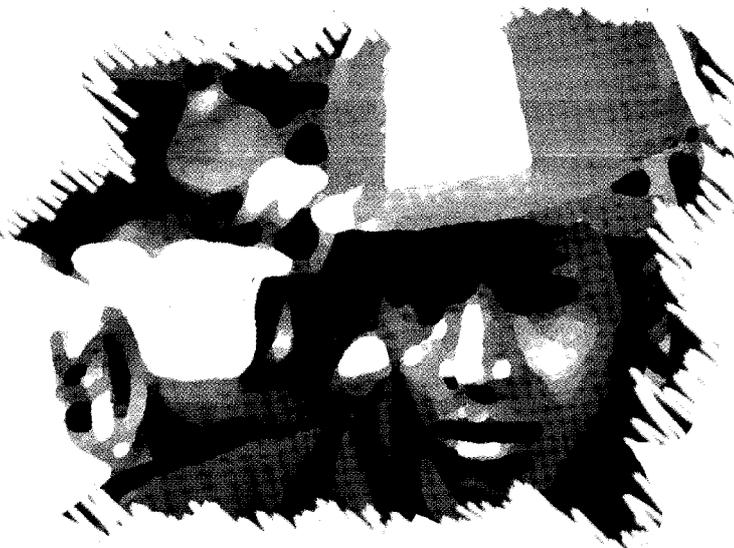
No pré-escolar 50 crianças e no ATL/Apoio escolar mais de 180 crianças têm actividades de tempos livres, apoio aos trabalhos escolares, colónias de férias e formação em áreas como o artesanato, informática, corte e costura. Uma turma do Currículo Alternativo completa o quadro dos mais novos.

Os jovens construíram um Espaço Jovem e, com o apoio do IPJ, mantêm aberto um Posto de Informação à Juventude; organizaram uma Biblioteca Juvenil, um Núcleo Desportivo, um grupo de capoeira, de boxe e de malabarismo, grupos de dança e de música. Desenvolveram intercâmbios com grupos de jovens do Norte e Sul de Portugal, dos Açores, Países Baixos, Bélgica, Alemanha, França, Inglaterra, Irlanda e procuraram as suas raízes numa viagem a Cabo Verde. Há mais de 8 anos, jovens da Alemanha e da França enriquecem durante um ano de trabalho voluntário no Moinho a sua bagagem de valores culturais.

FILOSOFIA DE FORMAÇÃO

1. VALORIZAÇÃO DA CULTURA DE ORIGEM

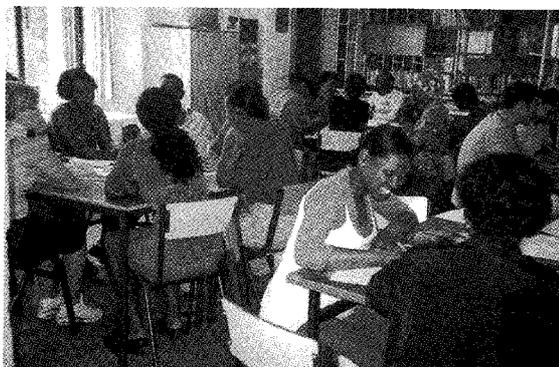
Tendo em atenção o desenraizamento que os migrantes enfrentam no seu dia-a-dia e tendo em conta o trabalho de intervenção comunitária procura-se que os valores culturais sejam potenciados e reconhecidos.



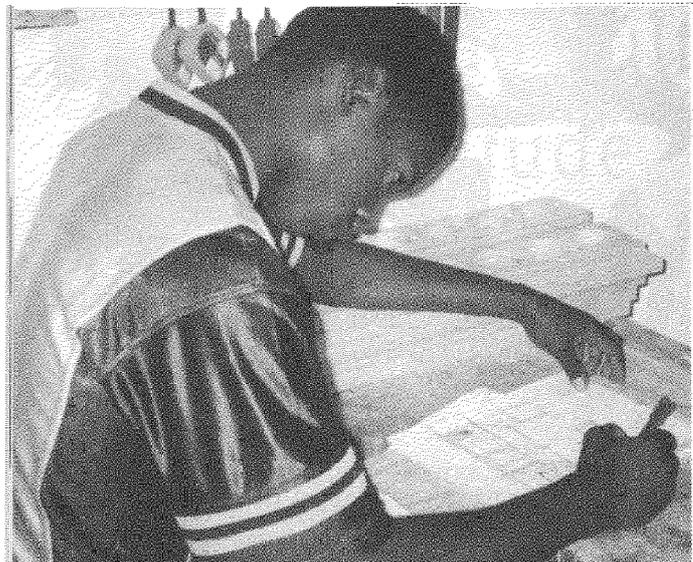
Em 1994, os parceiros nórdicos do projecto NOW testemunharam que o intercâmbio com o Moinho provocou uma viragem nos seus métodos de formação: “Aprendemos convosco a importância de partir do reconhecimento da identidade cultural das pessoas.”

Reconhecendo e partindo dos valores culturais dos formandos, a relação entre formadores e formandos altera-se fundamentalmente.

Um exemplo: as mulheres do grupo “Finka Pé” sentiam intuitivamente a importância do batuque, que faziam nas festas de casamento e baptizado. Estavam conscientes da sua identidade cultural,



“em conjunto reencontrar a identidade cultural”



“descobrir potencialidades latentes”

uma identidade não construída pela negativa, contra ou a favor de uma referência europeia, mas pela positiva, por aquilo que é. O batuque é uma integração do corpo, dos sentimentos: dançando e cantando vão exprimindo os medos, receios, preocupações, vão dando conselhos e esperanças, vão reflectindo sobre o papel da mulher.

Os seus filhos tinham, no início, uma certa apreensão perante a participação das mães nos batuques com portugueses presentes: é a complexidade da convivência de culturas.

O reconhecimento que o “Finka Pé” obteve pela sua actuação no programa ACARTE na Gulbenkian em 93 despoletou um salto na auto-estima das mulheres, mas sobretudo um reconhecimento da cultura dos pais pelos filhos.

A vida quotidiana está integrada na sua arte que é a arte do corpo enquanto vivência absoluta das suas emoções, dos seus pensamentos, sensações e problemas.

2. DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES E POTENCIALIDADES DOS MORADORES

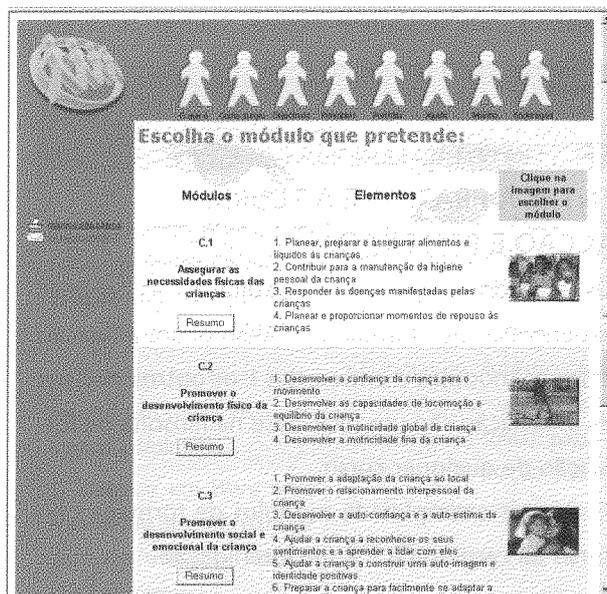
A formação desenvolve-se na base do que as pessoas são capazes de fazer para que se maximizem as suas capacidades e se descubram potencialidades latentes.

A descoberta de lacunas na formação é feita pelos próprios formandos e a motivação para preencher lacunas detectadas é consequentemente mais forte.

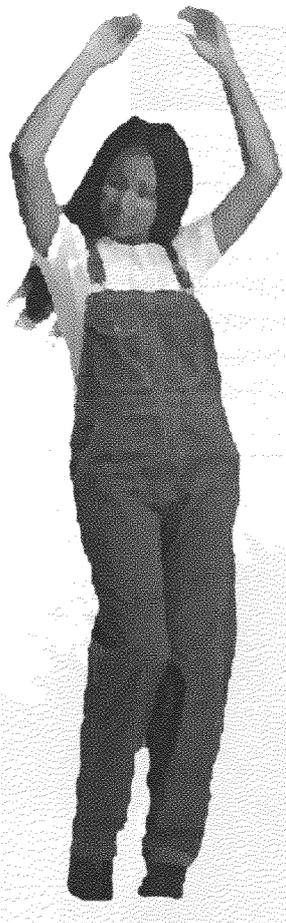
Servindo-se do instrumento de validação de competências disponível na Internet, as auxiliares de educação utilizaram os critérios de desempenho para construírem o seu portefólio. A construção deste portefólio utilizando fotografias, pequenos relatos, extractos de vídeo, certificados e testemunhos fez-lhes descobrir a riqueza da sua formação informal e formal, que adquiriram ao longo da vida. Mostram o seu portefólio com orgulho aos seus filhos.



O instrumento ajuda a descobrir as lacunas na formação e, com orientação eficaz, estão motivados para procurar resposta.



Outro exemplo: um grupo dinamizador de moradores desenvolveu uma intervenção-piloto numa área delimitada do bairro. Realizaram-se entrevistas aos vizinhos a fim de permitir o levantamento das suas capacidades e, em simultâneo, foi construída a maquete da respectiva área de intervenção. Depois de efectuadas reuniões com os moradores, definidas as prioridades, acção e os objectivos de mudança a alcançar, estes moradores foram divididos em grupos consoante o tipo de necessidades sentidas: o grupo dos transportes, o grupo da segurança, o grupo do saneamento básico e o grupo dos serviços. Cada grupo levou a cabo diversas acções consideradas prioritárias.



3. DESENVOLVIMENTO DO EMPOWERMENT. O EMPOWERMENT É SUPOSTADO POR QUATRO TRAVES-MESTRAS: ACÇÃO, REFLEXÃO SOBRE A ACÇÃO, COMUNICAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Consideramos *empowerment* o processo de indivíduos e grupos locais ou comunidades que vão desenvolver as suas capacidades e adquirir o poder de uma participação activa

- para terem mais influência ou para serem capazes de enriquecer as suas vidas e a sociedade em que vivem,
- para aumentarem as suas capacidades de modo a poderem tomar decisões, de uma maneira independente, sobre o que influencia a sua vida e a terem influência nas pessoas que decidem sobre eles numa aprendizagem crescente deles próprios.

As iniciativas formativas surgem a partir das preocupações dos moradores. Os formandos têm oportunidade de apresentar propostas de actividades no âmbito da formação, ou complementares à mesma, cuja organização, estruturação e dinamização são da sua responsabilidade. Estamos a falar de acções de sensibilização relacionadas com a saúde e educação, actividades culturais e recreativas dirigidas à comunidade, a redacção do boletim do curso.

Estamos também a falar da elaboração de um portefólio pessoal e profissional que, com o apoio do mediador, vai sendo construído individualmente e permite uma reflexão sobre o seu passado, uma valorização e uma perspectivação de um pro-

jecto de vida; ou ainda da elaboração de um regulamento do curso – os formandos, com a colaboração dos responsáveis, definem as regras de funcionamento do curso.

Já ao nível da comunicação, o “diário de curso” é construído. Este documento permite que os formadores e os formandos façam um registo diário da formação e desta forma partilhem a informação por todos.

Quanto à negociação, sublinhamos a relação próxima entre os formadores, os formandos e a coordenação em que um acompanhamento directo e personalizado permite a discussão de ideias, partilha de problemas, análise de situações. Assim, a filosofia de base é que de forma participada sejam os formandos a encontrar soluções, a definir estratégias de resolução de situações.

Mas *empowerment* não tem só a ver com o processo de construção e desenvolvimento de capacidades, mas também com problemas estruturais: a constelação política, a dominância cultural, relações sociais.

Não é fácil este processo, porque a nossa sociedade faz um constante apelo à alienação e concentração do poder. Quem está no poder gosta de mostrar os seus galões.

Pretendemos que pouco a pouco cresça a disponibilidade das autoridades para terem ouvidos e olhos para as capacidades e reflexões dos moradores.

4. A METODOLOGIA DE BASE: A APRENDIZAGEM INTERACTIVA

A aprendizagem interactiva assenta no princípio de que a formação funciona em dois sentidos. A mais-valia dos cursos de formação não se destina exclusivamente aos formandos, mas também aos for-

madores, que descobrem novos valores culturais, atitudes e conhecimentos.

5. ESTREITA INTERLIGAÇÃO ENTRE A PRÁTICA E A TEORIA, ACÇÃO E REFLEXÃO

Os formadores aprendem a capitalizar as próprias experiências dos formandos. Além disso, a ligação entre os módulos e entre estes e os outros núcleos da associação são um pilar-base na filosofia de formação de qualquer curso.

Alguns exemplos de módulos de formação no curso da carpintaria e a sua interligação.

SAÚDE E SEGURANÇA

Interligação entre módulos	Ligação com os outros núcleos da associação
1. No módulo de Saúde e Segurança prepara-se uma Mala de Primeiros Socorros para o <i>atelier</i> de carpintaria.	• Os formandos do curso de carpintaria preparam uma demonstração de primeiros socorros para crianças e adultos da associação.
2. Prepara-se igualmente um manual simples de Primeiros Socorros.	• Os formandos distribuem o Manual de Primeiros Socorros pelos principais núcleos da associação.





INFORMÁTICA

Interligação entre módulos	Ligação com os outros núcleos da associação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar em <i>Word</i> o portefólio preparado e organizado no módulo de Procura e Criação de Emprego. 2. Elaborar em <i>Excel</i> orçamentos dos trabalhos a realizar na carpintaria. 3. Elaborar em <i>Word</i> uma nota de encomenda para registo dos trabalhos solicitados à carpintaria. 4. Realizar em <i>Power Point</i> uma apresentação das peças construídas na carpintaria. 5. Efectuar consultas de ofertas de emprego na Internet – levar para o módulo de Procura e Criação de Emprego. 6. Organizar em <i>Word</i> um manual simples de Primeiros Socorros, preparado no módulo de Saúde e Segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar em <i>Publisher</i> um cartaz sobre o curso – a utilizar em iniciativas de apresentação do projecto. • Elaborar em <i>Publisher</i> uma folha informativa do curso (trimestral – 1 folha): passatempos, informação sobre os formandos, sobre o que aprendem.

6. TODO O PROCESSO DE FORMAÇÃO É ACOMPANHADO POR UMA AVALIAÇÃO CONTÍNUA ENTRE FORMANDOS, FORMADORES E COORDENADORES DO PROJECTO

A avaliação contínua permite um reajustamento dos objectivos e metodologias durante as várias fases do projecto.

Semanalmente a equipa técnica do projecto encontra-se para afinar estratégias. Com uma periodicidade mensal, formandos e coordenação reúnem para troca de impressões e avaliação da formação desenvolvida. Através de metodologias activas – dramatizações, chuva de ideias, jogos de grupo – são analisadas as diferentes componentes do projecto: formadores, conteúdos, metodologias de trabalho. Os formandos constituem também um conselho de grupo. Dentro deste conselho de grupo é eleito um representante que funciona num sistema rotativo, participando nos encontros com as famílias e nas reuniões de formadores.

Mensalmente, todos os formadores, equipa técnica e coordenação organizam uma avaliação e o planeamento do próximo mês.

7. O ENVOLVIMENTO DE PESSOAS-CHAVE DA COMUNIDADE CONSTITUI OUTRA TRAVE-MESTRA NA FORMAÇÃO

Estamos a falar de pessoas que, residentes no seio da comunidade, detêm sobre a mesma um conhecimento aprofundado, essencial num processo de formação.

Estas pessoas participam na selecção dos formandos, identificando situações prioritárias, fornecendo informação relevante para análise. São “padrinhos-de-curso” dos formandos dada a relação de proximidade com os jovens, com a família e a comunidade. São elementos que assumem um papel importante.

Estamos também a referir-nos a animadores e mediadores que, em virtude da compreensão da motivação e da capacidade que têm para trabalhar com a própria comunidade, apoiam no diálogo e relação entre todos os intervenientes da formação.

São muitas vezes estes elementos da equipa que em situação de conflito intervêm em primeiro lugar, que contactam com a família, que, falando a mesma língua e com quem os jovens se identificam, garantem a constatação de problemáticas mais íntimas e mais profundas.

8. LIGAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO E AS RESTANTES COMPONENTES DA VIDA

A formação em curso apenas constitui mais um processo entre tantos outros. Significa isto dizer que, paralelamente à formação, procura-se que, de uma forma participada e envolvente, se dê respostas a situações problemáticas, se incentive para uma cidadania plena. No caso de se tratar de jovens, a articulação e o trabalho com as famílias/vizinhos é determinante. Neste sentido desenvolvem-se as seguintes actividades:

- Encontros trimestrais com formadores, formandos e equipa para a partilha de saberes.
- Participação dos pais na formação técnica.
- Apoio às famílias na procura de emprego e resolução de questões relacionadas com a documentação.
- Identificação de necessidades da família (ex.: melhoria das infra-estruturas em termos habitacionais, que deverá ser solucionada pelo jovem juntamente com a família mas com apoio ao nível do projecto.

No caso dos formandos que são adultos procura-se articular iniciativas com a formação. São disso exemplo os pedidos de apoio na legalização, no pedido de rendimento mínimo, questões de saúde – planeamento familiar, respostas educativas e sociais para os filhos ou outros familiares.



Estas são, portanto, as linhas orientadoras de qualquer processo formativo desenvolvido ou a desenvolver que serão intensificadas, ajustadas ou estruturadas de acordo com o grupo e a área de formação.

É difícil traduzir por escrito tudo aquilo que se vive de forma intensa e próxima no quotidiano deste “Moinho”. As questões aqui apresentadas e descritas têm-se traduzido em alguns êxitos mas principalmente em momentos de aprendizagem contínua e sistemática.

Por isso, todos aqueles que desejarem conhecer esta realidade de perto, que tiverem interesse em conversar, de forma pessoal e ao vivo, com formandos, formadores, coordenação, sejam bem-vindos para uma troca de experiências!

EXPERIÊNCIA FORMATIVA

A construção e implementação da associação pelos moradores – foram eles próprios que edificaram a sua sede com o apoio de voluntários europeus –, a proximidade desenvolvida, o conhecimento das suas necessidades de formação, num processo contínuo e progressivo, favoreceu a identificação das respostas necessárias tendo em conta as dificuldades e problemas verificados, mas principalmente as potencialidades e capacidades de uma comunidade trabalhadora solidária.

As actividades de formação do Moinho têm já um “largo” historial, em relação ao qual se destacam algumas iniciativas.

A DÉCADA DE 80

Nos anos 80 organizaram-se diversas reuniões de formação dos trabalhadores do Serviço Doméstico do bairro em conjunto com o então existente Sindicato do Serviço Doméstico.

Os monitores da biblioteca e do ATL (de porta aberta), que funcionava numa casa abarracada, procuraram respostas de formação para resolverem os desafios com que foram confrontados. Não encontrando apoio, o Moinho recorreu a formadores voluntários para, em conjunto com os monitores, moradores do bairro, procurar respostas “possíveis”.

Destes monitores da década de 80, com estatuto precário, seis fazem hoje, em 2001, parte do quadro de pessoal do Moinho, tendo adquirido, através de formações regulares na década de 90, um portefólio precioso.

Outros tantos conseguiram, trabalhando no Moinho, dar saltos escolares: alguns da 4.º classe ou 6.º ano para o 9.º ano e mesmo 12.º.

1990/1993

- Dois cursos de corte e costura
- Dois cursos de serviço doméstico – Cozilimpa

Estes cursos surgiram do trabalho prévio realizado em conjunto com o Sindicato de Serviço Doméstico, por mulheres residentes no bairro que, em situação de grande precaridade em termos laborais, decidiram

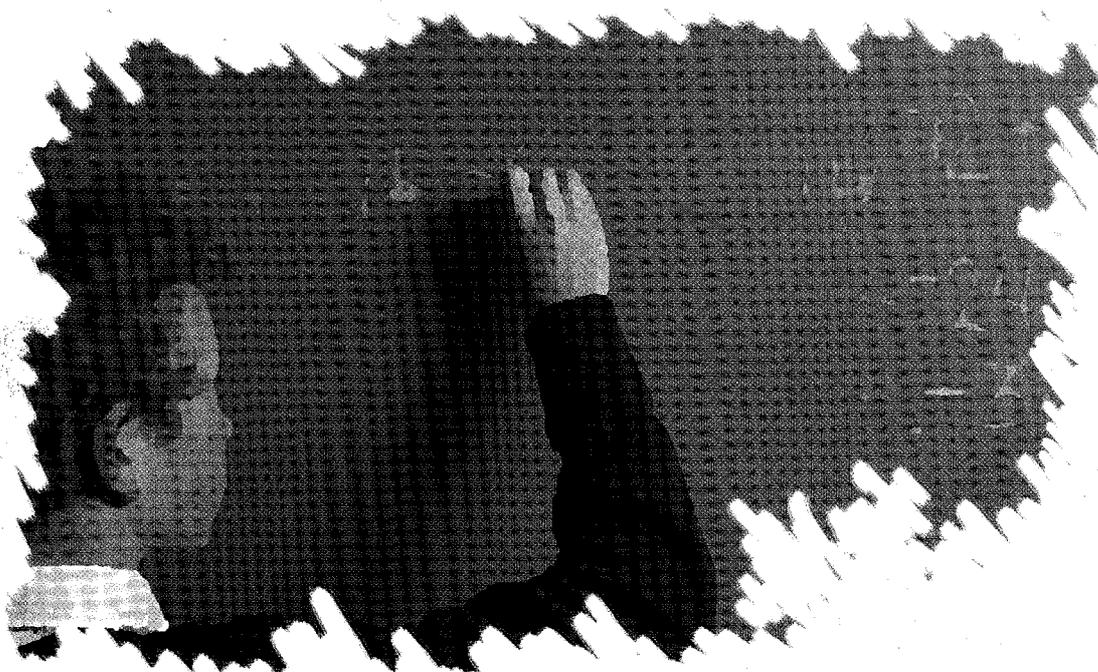
pôr “mãos-à-obra” e através de reuniões regulares criaram os alicerces para o desenvolvimento destes cursos de formação profissional.

A originalidade dos cursos residiu nos módulos que abordavam a trajetória sociocultural das mulheres e “a postura”, o que contribuiu consideravelmente para um ajustamento da auto-estima das mulheres e a valorização da sua cultura.

1994/1995

Dinamizou-se um projecto NOW (*New Oportunities for Women*) com duas vertentes:

- Inserção das mulheres na vida activa, integrando um curso de Formação de Formadores com a duração de 60 horas, visando a problemática da formação de formandos migrantes com um baixo nível de habilitações mas muito experiência de vida.
- Um curso de formação profissional para Monitores dos Centros de Infância Multiculturais.
- Um dos aspectos a realçar foi o facto da transnacionalidade ter permitido uma troca de metodologias a utilizar na formação de mulheres com poucas habilitações literárias mas com muito experiência de vida. A Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de Leuven (Bélgica) apoiou na formulação de uma metodologia de formação interactiva, trave-mestra na formação do Moinho.



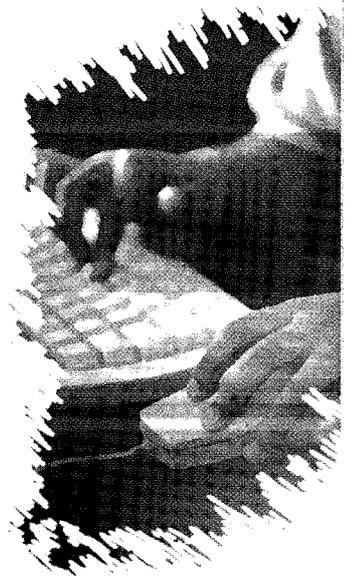
- A construção, em conjunto com os auxiliares de educação, de um manual para Monitores de Centros de Infância focando a multiculturalidade foi um dos objectivos inovadores conseguido com grande sucesso. A assinalar a descoberta pelos profissionais de Educação dos Países Baixos, parceiros no projecto, de uma riqueza de competências existentes no trabalho dos monitores do Moinho, o que desencadeou duas iniciativas suplementares de intercâmbio e a redacção de novos textos em neerlandês para os cursos de formação de auxiliares de educação (migrantes).

Ainda nestes anos, desenvolveu-se um projecto Horizon com duas vertentes:

- Um curso de Formação Profissional de "Animadores Sociais", destinado a jovens com poucas habilitações mas com capacidade de liderança, para intervir junto de jovens no sentido de prevenir a marginalidade e facilitar o sucesso escolar.
- Pré-profissionalização de 14 jovens com problemas de inserção social, chamados "pombos-correio da droga", marginalizados social ou culturalmente, apoiando-os na formulação do seu projecto profissional e de vida.

Durante "a formação em exercício" os animadores, em conjunto com os jovens, construíram um "Espaço Jovem", progredindo no domínio do "português", escrevendo os termos que utilizavam na construção civil e adquirindo noções de matemática, calculando as dimensões dos alicerces, pilares, paredes, portas e janelas do "Espaço".

Ainda hoje este espaço é gerido e frequentado pelos jovens que o edificaram.



1995/1998

O projecto "Acção de Esperança", no âmbito da Iniciativa Comunitária "Emprego – Eixo Youthstart", teve como objectivo a formação de jovens com baixa ou média escolaridade e com experiência informal de liderança e animação:

- Curso de formação de Animadores Sociais (2160 horas) com obtenção do 9.º ano de escolaridade.
- Criação e desenvolvimento do "Núcleo de Esperança" para jovens adolescentes.
- Criação e desenvolvimento do "Núcleo de Intervenção na Prevenção da Toxicoddependência".

O intercâmbio dos jovens com os parceiros gregos e irlandeses abriu caminho para novas práticas e outras atitudes.

Realizou-se o projecto "Novos Horizontes", no âmbito da Iniciativa Comunitária "Emprego – Eixo Horizon-Integra". Este projecto englobou:



- Formação de Mediadores Sociais (2160 horas) com obtenção do 9.º ano.
- Constituição do Núcleo “Novos Horizontes”, apoio afectivo e escolar para crianças de rua.

O parceiro belga, VCIM, deu uma ajuda preciosa na realização do projecto, dada a sua experiência a nível de formação de mediadores desde 1990.

Realizaram-se duas Acções de Formação de Formadores versando:

- A Metodologia “DIP – Método de Intervenção Orientada para Objectivos” com o apoio do “South Research”.
- O “Planning for Real”, uma metodologia para estimular a participação activa da população do bairro na resolução dos seus problemas. Tony Gibson, que desenvolveu esta metodologia, coordenou três dias de formação no Moinho.

1997/1999

No âmbito do programa Leonardo, a associação desenvolveu um projecto em parceria com a Associação para o Estudo e a Promoção do Desenvolvimento Comunitário de Barcelona – entidade promotora – e várias organizações europeias, no qual se definiu a nível europeu o Perfil do Mediador Intercultural e o currículo de formação dos mediadores. Este projecto tem tido, como base das suas investigações, actividades e debates, uma visão da mediação intercultural enquanto recurso ao alcance dos migrantes e dos profissionais de serviços, na sociedade de acolhimento.

Organizou-se o curso Economia de Bairro, no quadro do Integrar – Medida 2. O curso teve três fases distintas, que se complementaram entre si:

- I. Uma fase de adaptação mútua, entre os formandos e a associação, incluindo a análise e despiste dos problemas que condicionam o acesso à formação, a formação socioeducativa e a proposta de formação específica.
- II. Formação profissional na área dos serviços de proximidade (áreas definidas pela economia do bairro).
- III. Fase de inserção na actividade profissional:
 - inserção profissional parcial e reflexão teórica (formação em alternância);
 - inserção profissional completa com apoio técnico.

Dinamizou-se um projecto Integrar – Medida 4, “Ka Bu Perdi” dirigido a jovens com idade superior a 15 anos, em situação de risco, que desistiram da escola demonstrando e apresentando falta de objectivos e

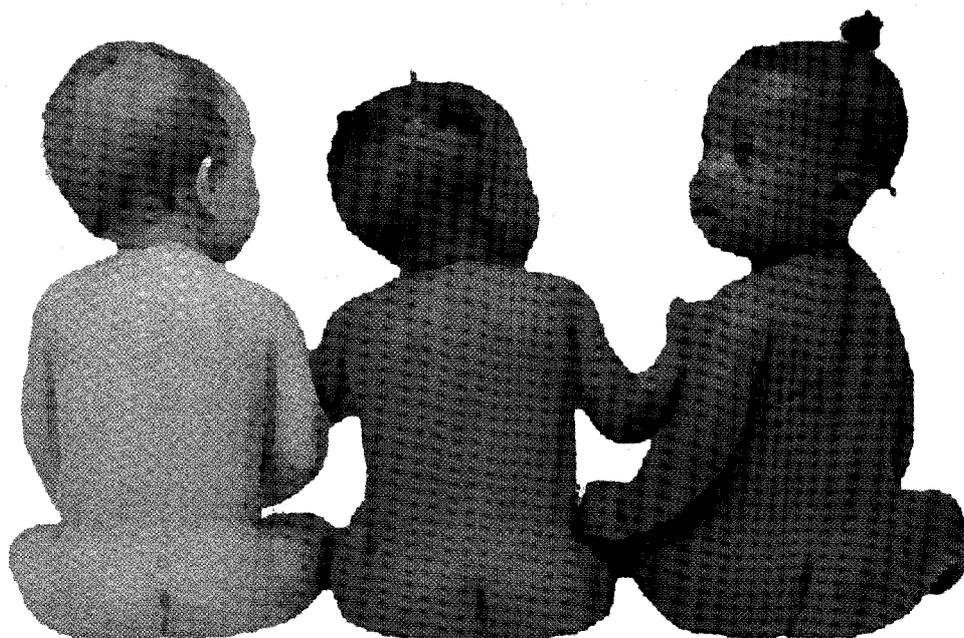
perspectivas para o futuro. O curso teve como objectivo a promoção de competências sociais estruturadas e a formação profissional na área da carpintaria.

Promoveram-se, com o apoio do IEFP, dois cursos de Formação de Formadores destinados aos colaboradores e responsáveis dos diferentes núcleos da associação que trabalham com os mais diversos escalões etários, no sentido de uma formação e certificação dos mesmos.

1997/2000

Realizaram-se dois novos projectos no âmbito do programa Ser Criança, financiados pela Direcção-Geral da Acção Social:

- Iniciativa de Apoio à Integração Social de Crianças e Jovens em Risco dirigido a jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos. Durante os tempos livres os jovens foram integrados num grupo e iniciaram uma aprendizagem prática nas áreas de carpintaria, construção civil, artesanato, cozinha e ATL. Participaram ainda em actividades gerais: apoio individualizado na aprendizagem, desporto, informática, visitas de estudo.
- “O Pulo” - Este projecto teve como objectivos: formar um grupo de paratécnicos que fossem formadores de outras famílias no reforço da relação pais/filhos com idades entre 2 e 4 anos; estimular a interacção pais/filhos pelo alargamento do comportamento instrutivo dos pais em termos de atitude responsável.



1999/2000

Desenvolveu-se um projecto Integra, no âmbito da Iniciativa Emprego, denominado "Criação e valorização de serviços de proximidade" incluindo duas vertentes:

- Curso de mediadores, com a duração de 960 horas. Conseguiu-se capacitar os formandos para um diálogo efectivo e eficiente entre os organismos públicos e a família, suprimindo muitos problemas graves que se põem a nível de saúde, educação, legalização e valorizando a riqueza das culturas dos migrantes perante a sociedade de acolhimento.
- Construção de um instrumento de validação das competências dos funcionários da acção educativa a nível 3 utilizando a Internet.



2000/2001

No âmbito das escolas-oficina, apoiado pelo IEEP – Centro de Emprego da Amadora, desenvolveu-se um projecto para 10 jovens em situação de desvantagem (abandono escolar precoce, dificuldades socioeconómicas, comportamentos de risco), com o objectivo da sua qualificação e integração profissional e que possibilitou um desempenho pessoal e social. Apostou-se na sua capacidade de aprendizagem e formação, procurando eliminar/minimizar o seu *handicap* pessoal e social e promovendo a sua inclusão em termos profissionais.

Iniciou-se o projecto Elos – Formação de Vigilantes de Crianças, no âmbito da Formação Profissional Especial, financiado pelo Fundo Social Europeu e o Estado português. Dirige-se a 12 jovens mulheres, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, com baixa escolaridade e/ou desempregadas, que se encontravam em situação de desvantagem por razões pessoais, sociais, profissionais ou familiares. Pretende-se facilitar às jovens mulheres a sua integração socioeconómica e cultural através do desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades, qualificando-as por forma a facilitar a sua entrada no mercado de trabalho.

Associação Cultural Moinho da Juventude
Travessa do Outeiro, 1
Alto da Cova da Moura
2720-575 Buraca
Tel.: 21 497 10 70 – 21 490 51 20
Fax: 21 497 40 27

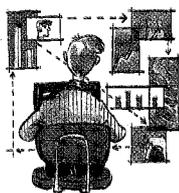
moinhodajuventude@mail.telepac.pt
<http://www.terravista.pt/ancora/1839>

Página PROXY:
<http://redeciencia.educ.fc.ul.pt/proxy/>

A Modularização Virtual

Um Quadro Conceptual para as Formações a Distância

•2.ª Parte.

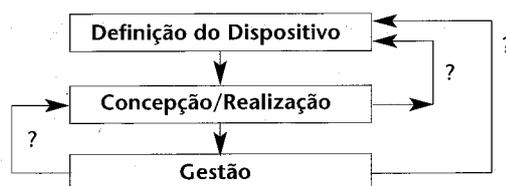


12. AS CONDIÇÕES METODOLÓGICAS E TÉCNICAS DO DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRUTURA MODULAR DE FOAD (FORMAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA)

Do que se acaba de dizer ressalta a necessidade de se poder dispor de uma infra-estrutura técnica coerente e flexível face aos objectivos do sistema, das formações abertas à distância (modulares e multimédia), da sua relativa complexidade ligada em particular à individualização dos percursos e à “certificação da qualidade”. O objectivo geral é o de disponibilizar, principalmente aos formadores e aos directores de estabelecimentos, novas ferramentas de gestão administrativa, de individualização psico-pedagógica, de percursos individualizados de formação, de concepção e de produção multimédia de módulos de formação (e de autoformação) e de avaliação. Em nosso entender, não existe hoje uma metodologia satisfatória (e equipamento informático associado) capaz de especificar, conceber e gerir os dispositivos individuais de formação profis-

sional de qualidade, conjuntamente com os recursos presenciais (a relação pedagógica face a face, cursos magistrais tradicionais, seqüências de autoformação a...) e a distância (servidor Internet/Intranet de conteúdos, teletutorado...).

Problemática dos Dispositivos de FOAD...



Mas com...

qual Metodologia?

qual Traçabilidade?

qual Certificação de Qualidade?

Foi esta constatação que motivou a criação, em 1999, por parte dos autores deste artigo, do grupo de investigação e desenvolvimento SCDP¹ no seio da associação da EducaWeb Internacional.



A iniciativa inovadora resulta da integração do potencial das TIC numa “releitura” (enriquecimento) dos conceitos e das práticas da formação modular.²

A metodologia emergente que se pode designar (vulgarizando um pouco) como “método de condução do projecto formativo a distância” traduz-se num método prático, para conceber e desenvolver dispositivos individualizados de FOAD, dirigidos por uma iniciativa de “qualidade total das formações a distância”.

Uma tecnologia especificamente integrada na concepção de um SDCP é a XML, isto é, a sucessora da HTML. Com efeito, à partida a HTML (*Hyper Text de Markup Language*: a linguagem da *Web*) é uma “variante” da SGML, uma norma de documentação completa mas muito pesada que se dedica a normalizar a estruturação dos conteúdos (exemplo: um documento pedagógico deve conter um título, o nome do autor, uma data de revisão, etc.) e não o conteúdo em si. A HTML é uma linguagem de sinalização/marcos (etiquetas). No meio dos marcos introduz-se o conteúdo. Sob a pressão do mercado, os editores HTML “derivaram” para a descrição da apresentação (no ecrã) o que não era a vocação inicial. A utilização da *Web* orientando-se para a edição, cada vez mais estruturada, fez com que a HTML esgotasse as suas possibilidades. A XML (*Extended Markup Language*) é uma norma de documentação menos pesada do que a SGML, mas mais genérica do que a HTML. A XML é, portanto, uma norma em crescimento

com ferramentas (editores que começam a aparecer no mercado) que permitirão estruturar e editar documentos independentemente do conteúdo, em conformidade com estruturas-tipo, e do tipo de suporte (edição em papel, projecção no ecrã, exploração em CD-ROM...). Esta norma permite assim definir os seus próprios vocabulários (regras específicas de estruturação): por exemplo, documentos pedagógicos conformes a uma estrutura documental adaptada às formações modulares multimédia, valorizando o existente... É conveniente distinguir a diferença entre a modelação conceptual de um dispositivo de formação (a distância ou não), descrevendo as etapas do processo desejado e a estrutura dos conteúdos, da produção multimédia dos conteúdos (ou da integração de conteúdos preexistentes). Um SDCP integra e faz cooperar fundamentalmente, por um lado, ferramentas de modelação dos processos de formação (dos percursos de formação) e, por outro, ferramentas de gestão administrativa e pedagógica. Os editores de páginas *Web*, as linguagens ditas autoras (tipo *Toolbook*, *Authorware*...), os programas gráficos (o de desenho e o aperfeiçoamento de imagens) são ferramentas de produção desses conteúdos.³

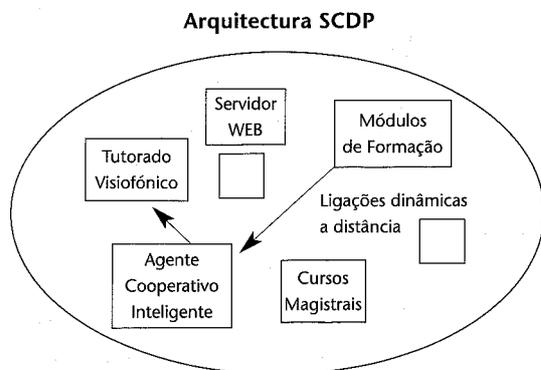
13. OS AGENTES COOPERATIVOS INTELIGENTES⁴

Não somos especialistas da matéria, mas os agentes inteligentes interessam-nos nesta primeira abordagem da problemática das SDCP enquanto mini-sistemas “periciais” cooperativos especializados nas tarefas elementares. Os agentes intelligen-

tes são capazes de serem modelizados como componentes⁵ mais facilmente flexíveis (tempos de resposta, pertinência das respostas...) do que os sistemas "periciais" da década de 1970 dos quais, eles são, de certa maneira, uma reminiscência.

Um sistema "pericial", no sentido inicial, é composto por um motor de inferência e por uma base de conhecimentos constituídos por asserções declarativas (regras). Ilustramos estes conceitos de base através do exemplo célebre e amplamente retomado na quase totalidade das obras e publicações sobre sistemas "periciais" dos anos 70 e seguintes: *asserção 1*: "Sócrates é um homem"; *asserção 2*: "Todo o homem é mortal". O motor de inferência deduz "brilhantemente" que Sócrates é mortal. Este resultado constitui um novo conhecimento susceptível de enriquecer a base inicial. Rapidamente colocaram-se aos investigadores problemas teóricos e práticos de coerência e de pertinência das grandes bases de conhecimentos.

Em vez de se ter uma única base de conhecimento, porque não segmentar os conhecimentos e reparti-los em "mini-sistemas periciais", altamente especializados mas cooperantes entre si, agentes inteligentes cooperantes (através de troca de mensagens), localmente ou a distância.



Os Componentes normalizados...

Esta figura ilustra um dispositivo de FOAD desenvolvido segundo os conceitos SCDP. O sistema integra um conjunto de "componentes normalizados" (uma das vertentes do E&D do grupo SCDP). Por exemplo, um "agente cooperativo inteligente" analisa os resultados provenientes do componente "módulo de formação" e propõe ao formando entrar em contacto com o seu tutor através de visiofonia (composto "tutoria visiofónica"). De uma maneira mais geral, um componente "tutor virtual" pode, conceptualmente, considerar-se como um conjunto de objectos especializados em tarefas elementares (elaboração de um teste, análise de resultados, entrar em contacto físico com o tutor, etc.). Temos consciência que esta visão é redutora da matéria, mas a nossa proposta não é de tomar partido na discussão em torno da definição e das características de um agente inteligente... mas sim de tentar explorar esse conceito nas formações modulares virtuais.

Jacques Ferber⁶ define o conceito de "agente" deste modo: "Chama-se 'agente' a uma entidade física ou virtual capaz de agir no seu meio, capaz de comunicar directamente com outros agentes, que se altera por um conjunto de tendências, que possui recursos próprios, que é capaz de perceber um meio de um modo limitado e que apenas dispõe de uma representação parcial desse meio, que possui competências e oferece serviços e que pode, eventualmente, reproduzir-se."

O. Etzioni e D. Weld tentaram identificar os principais atributos enumerados que supõem caracterizar os agentes



inteligentes e que nos parecem susceptíveis de enriquecer e de tornar mais operativo o nosso conceito-base da *modularidade*:

- **Autonomia:** um agente é capaz de ter iniciativas de forma autónoma e exerce um controlo sobre os seus actos.
- **Capacidade de colaboração:** um agente é capaz de interagir e de cooperar com outros agentes ou com seres humanos a fim de realizar as suas tarefas.
- **Capacidade de aprendizagem:** um agente é capaz de se adaptar às necessidades do seu utilizador analisando as acções passadas.
- **Orientado para um fim:** um agente aceita os “requisitos humanos” concretos e decide qual a maneira de os satisfazer.
- **Flexibilidade:** as acções de um agente não são inteiramente predefinidas; com efeito, o agente é capaz de escolher o que vai realizar e qual a ordem, em função, bem entendido, do meio exterior.
- **Poder de decisão da acção (*self-starting*):** contrariamente aos programas tradicionais, que agem sempre em função do meio exterior, um agente pode decidir qual o momento preciso para iniciar uma acção.
- **Carácter próprio:** um agente possui uma personalidade bem definida e um “estado emocional” próprio.

- **Mobilidade:** um agente é capaz de se deslocar de uma máquina para outra através de diferentes arquitecturas e plataformas.



14. QUALIDADES FUNCIONAIS DE UM MÓDULO MULTIMÉDIA

Como qualquer outro produto de formação ou de informação, um módulo multimédia deve poder ser coerente em relação aos seus objectivos e à população visada, quer através do seu conteúdo e da forma, quer do modo como são exploradas as possibilidades multimédia. Para que esta qualidade possa ser apreciada é desejável que os objectivos sejam claramente definidos à partida. Um módulo de formação deve ter em conta e tirar partido dos princípios da aprendizagem devidamente estabelecidos para o efeito.

Ao nível do plano cognitivo: estruturação, generalização e discriminação, redundância, conhecimento dos resultados, progressividade, progressão ligada ao domínio dos pré-requisitos, exercícios, actividades significativas por parte do formando, diversidade das actividades, flexibilidade, transferência para novas situações.

Ao nível do plano afectivo: preparação, investimento nos adquiridos, utilidade (benefício pessoal ou social que o formando poderá retirar da formação), nível de dificuldade adaptada, consideração pelas características individuais, sucesso na aprendizagem, autonomia, capacidade de iniciativa, possibilidade de escolha, abertura.

A consciencialização e a organização destes factores, que conduzem à eficácia do módulo, resulta de numerosas experiências e práticas. Os resultados desses estudos conduziram a uma tecnologia da formação⁷ cuja exploração permite, efectiva-

mente, obter produtos eficazes de formação e de autoformação.

As ferramentas multimédia são precisamente o que faltava a esta tecnologia para poder ser explorada de forma otimizada e a concepção e a realização de módulos multimédia constituem uma prioridade. A tecnologia de formação é a ferramenta conceptual e operacional que permite constituir o quadro de uma organização racional de uma formação multimédia.

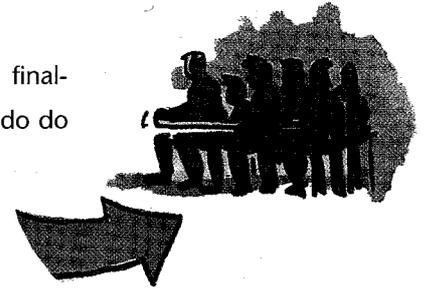
15. AS CONDIÇÕES DE UMA UTILIZAÇÃO ADEQUADA DAS TIC

Promover a utilização das TIC nos sistemas educativos (de aprendizagem, de formação e de ensino) implica:

- Definir uma nova concepção de aprendizagem, de ensino e de formação que permita uma melhor exploração das actuais potencialidades destas tecnologias. Há duas escolhas possíveis: ou utilizar as TIC no contexto tradicional (programas, conteúdos, ensino colectivo, cronogramas anuais, programas de durações pré-definidas, idades, etc.) ou, pelo contrário, responder às necessidades actuais de educação, de formação e de aprendizagem, encarando uma outra maneira de adquirir as competências e os saberes (explorando as possibilidades anteriormente descritas) e responder assim às solicitações de formação contínua. Trata-se, portanto, de realizar políticas de formação que até ao momento permaneceram sem resposta, por falta de meios e de vontade, e que, graças aos recentes desenvolvimen-

tos das TIC, poderiam finalmente ver a luz ao fundo do túnel: trata-se principalmente da individualização (personalizar, responder às necessidades, aos estilos de aprendizagem e de avaliação) e da abertura das aprendizagens (tornar acessível ao maior número de formandos, independentemente dos diplomas, do tempo, dos lugares); desenvolver a capacidade de autonomia e de responsabilidade dos formandos, as competências de aprender a aprender, o espírito crítico, a capacidade de autoformação, desenvolver formação por medida, remediações, recuperações⁸, dominar os pré-requisitos, praticar a avaliação contínua, as formações em alternância, a formação contínua, etc. Esta opção necessita de uma profunda modificação nos sistemas e implica mudanças de atitudes das administrações, dos formadores e dos próprios formandos.

- Promover os dispositivos de aprendizagem, as transmissões de competências e de saberes através da actualização e da reorganização dos conteúdos a transmitir... Dito de outra forma, encarar a educação centrando o processo em torno da pessoa que aprende e não da que ensina. Até ao presente, houve uma maior preocupação de tornar formadores mais aptos para ensinar do que para fazer aprender. Ora, a aprendizagem é um fenómeno natural que tem as suas leis próprias. Se a pessoa que aprende não tem, por exemplo, um conhecimento imediato dos resultados, não avançará tão bem como se recebesse a confir-

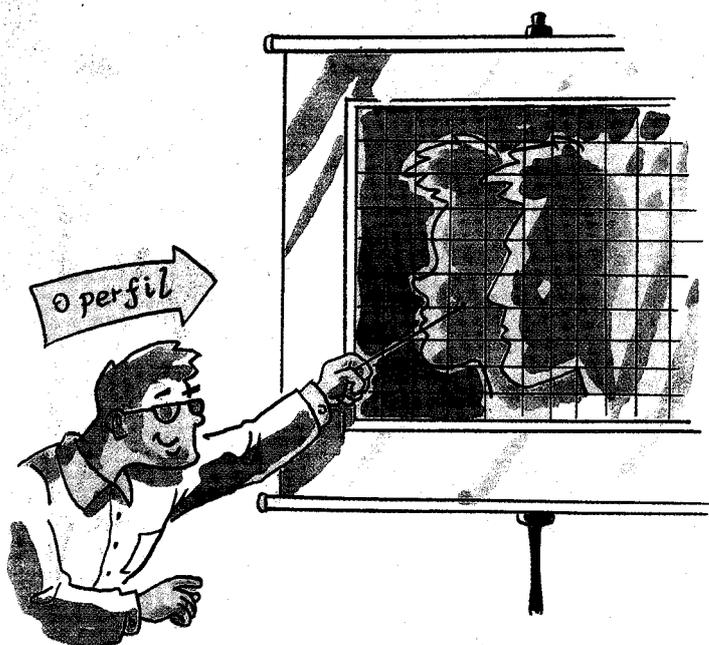


mação ou a infirmação das suas “respostas”. O que conta não é tanto o que o formador quer ensinar, mas o que o formando deve aprender para responder às suas necessidades pessoais, sociais, culturais e profissionais. Uma formação de qualidade é aliás definida como sendo uma “formação que satisfaz as necessidades dos utilizadores e que responde às suas expectativas”. O conceito de “formação ao longo da vida”, também chamada formação contínua ou continuada, implica a adaptação constante das competências exigidas pela evolução das tecnologias.

- A organização modular virtual parece ser uma das abordagens susceptível de colocar as TIC ao serviço destas prioridades. É através dessa abordagem que melhor se podem determinar as necessidades de formação do indivíduo e satisfazê-las eficazmente. Mais, uma formação modular como esta que aqui descrevemos é mais moti-

vante e gratificante para os que dela beneficiam, uma vez que os obriga a clarificar a sua situação e a conceber e a realizar os “produtos” originais e úteis, directamente exploráveis no seu contexto profissional, e que servem ainda para certificar ou validar de algum modo a sua formação, permitindo assim uma melhor integração no meio socioprofissional.

- Conceber a formação pedagógica dos formadores ou das pessoas-recurso com programas modulares. Com efeito, é preciso que as pessoas a quem se pede para individualizarem as formações e aplicarem os princípios de uma nova concepção de formação ou de aprendizagem centrada no indivíduo tenham elas próprias vivido o mesmo tipo de formação que agora estão encarregadas de organizar e recebam uma formação específica que lhes permita conceber e utilizar as novas ferramentas. Será no mínimo contraditório proporcionar-lhes uma formação tradicional e acreditar que fiquem motivadas e instrumentadas para executarem formações diferentes daquelas a que foram sujeitas, muito mais exigentes por parte do “formador” e dos “formandos”, pedindo-lhes que, em vez de serem transmissores de conteúdos, sejam mais humildes, com capacidade de ouvir, e guias, conselheiros, orientadores.



16. UM EXEMPLO DE FORMAÇÃO MODULAR: A FORMAÇÃO DE FORMADORES, DE RESPONSÁVEIS E DE CONCEPTORES DE MEIOS DE AUTOFORMAÇÃO ASSISTIDA

O Centro Internacional de Formação da OIT de Turim (CIF-OIT) desenvolve desde 1982 uma abordagem modular⁹ para formar, em Turim ou noutros países, as pessoas de sistemas de formação, de instituições e de empresas. As formações tradicionais não preparavam os conceptores de programas e os formadores de forma adequada às suas futuras tarefas e apresentavam grandes inconvenientes. Foi por esta situação que, desde os anos 80 e antecipando as actuais mutações em curso, o Centro de Formação da OIT desenvolveu programas modulares para responder às necessidades de formação: formar simultaneamente adultos com necessidades tão diversas (resolução de problemas encontrados na prática das suas vidas profissionais, encontrando soluções concretas e fabricando ferramentas que devem ser experimentadas no terreno), muito heterogéneas¹⁰, em períodos de tempo relativamente curtos (de alguns dias a várias semanas), exigindo por sua vez a transferência das atitudes e das competências pedagógicas, técnicas e de gestão adquiridas durante a formação e devendo dar a possibilidade de continuar a formação aquando do regresso aos respectivos países.

Neste contexto, as formações modulares apareceram como sendo uma solução interessante. É assim que, de acordo com a iniciativa de alguns membros do corpo docente e também com a colaboração de especialistas de renome internacional¹¹, foi adoptado um conceito original, adaptado

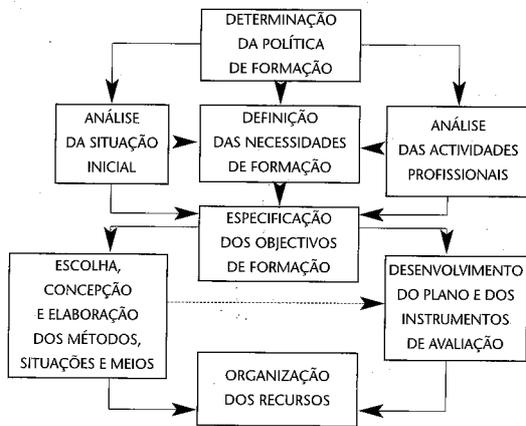
ao contexto e difundido através da Colecção "Módulos de Concepção das Formações". Para uma informação completa relativa ao exemplo de formação modular proposto e sobre a utilização dos módulos, o leitor deverá reportar-se ao *Guia de Introdução das Formações Modulares*¹² e ao conjunto de módulos disponíveis, em português, no IEFEP e no Centro da OIT de Turim.¹³

Estes módulos constituem um conjunto de brochuras¹⁴, permitindo cada uma a aquisição e o domínio de competências e de saberes-fazer indispensáveis ou úteis a todos aqueles que se encontram envolvidos em actividades de formação e na sua transmissão. Os módulos tratam de um grande número de matérias importantes (relativas à concepção e ao desenvolvimento das formações e das aprendizagens) e são compostos por elementos pedagógicos essenciais ao domínio dos objectivos que o formador ou o formando utilizam em função dos seus estilos de aprendizagem ou de ensino e de acordo com as suas necessidades.¹⁵

O programa de concepção das formações visa a aplicação de técnicas pedagógicas avançadas em matéria de aquisição de competências e de saberes. A eficácia, a rendibilidade e a difusão do programa são impelidas a desenvolverem-se à medida que se desenvolvem as TIC.¹⁶ Os progressos realizados pela tecnologia interactiva e aqueles que antevemos dos desenvolvimentos constantes tecnológicos da informação, combinados com uma engenharia da aprendizagem centrada na pessoa que aprende, não podem ser plenamente explorados senão por meio de uma abordagem metodológica adequada como a que é proposta nos módulos da colecção.

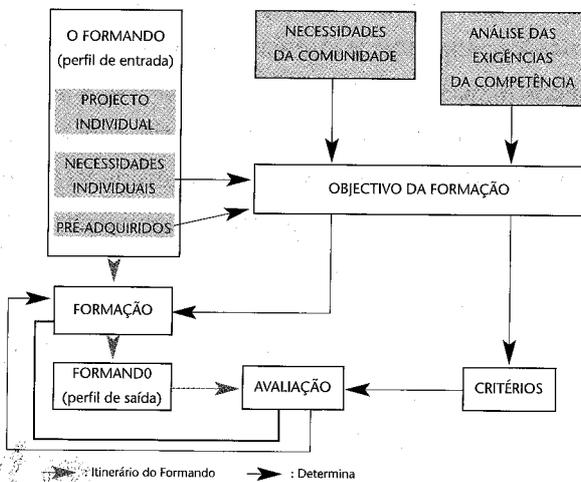


Elaboração de um plano de formação



C. Vasamillet. L. D' Hainaut - 1982/99. Projecto gráfico: Enzo Fortarezza

A formação (ou, segundo os casos, a autoformação assistida) é constituída por **quatro etapas** orientadas para a realização de um projecto cujo esquema que se segue permite visualizar:



C. Vasamillet. L. D' Hainaut - 1982/99. Projecto gráfico: Enzo Fortarezza

A. Determinação do perfil de entrada da pessoa e a sua caracterização

No decurso desta fase, analisam-se os adquiridos e as necessidades do estagiário através de diversos meios (*curriculum vitae*, entrevista, autoscopia¹⁷ ou simulação inicial, questionário, pré-teste,

dossier de preparação da formação caucionada pelos responsáveis ou pelos superiores hierárquicos, trabalhos diversos, etc.).

Não se trata, portanto, de uma análise subjectiva baseada unicamente em declarações, mas de uma verdadeira avaliação da situação real ou eventualmente simulada, combinada com uma auto-avaliação e uma avaliação de grupo.

B. Uma introdução à formação, composta essencialmente pela **concepção de um plano de formação personalizado** nas oito etapas anteriormente descritas.

C. A formação propriamente dita, composta pela realização de exercícios e de actividades significativas com ajuda dos módulos e do **investimento no projecto** escolhido e das novas competências à medida que vão sendo adquiridas. No decurso desta fase, os indivíduos em autoformação assistida são acompanhados e ajudados por pessoas-recurso que procedem a um controlo contínuo dos progressos realizados, utilizando os critérios contidos nos módulos ou especificando novos critérios por parte dos "estagiários" em função da especificidade do projecto.

D. Uma regulação terminal composta por uma autoscopia ou por uma simulação final, uma avaliação das competências adquiridas, através da observação detalhada do projecto concebido e de uma avaliação efectuada pelo próprio sobre a formação recebida ou sobre o percurso de autoformação, consoante o caso. No decurso desta fase, são apresentadas as propostas e as modalidades de **acompanhamento** e de continuação do processo de aprendizagem.

17. QUAIS AS APLICAÇÕES DAS FORMAÇÕES MODULARES

A metodologia e alguns conteúdos foram parcialmente difundidos por diferentes instituições e organizações em várias línguas e por diversos países. Esta metodologia é, em alguns dos seus programas, amplamente utilizada pelo Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho de Turim (CIF-OIT). A criação, em Janeiro de 2000, do programa DELTA (acrónimo inglês para significar “Aplicação das Tecnologias da Educação e de Aprendizagem nas Formações a Distância”, no Centro Internacional de Formação da OIT, em Turim) vai permitir realizar as aplicações práticas das formações modulares multimédia.

Em Portugal, o Ministério do Trabalho e do Emprego, em 1996, traduziu para português a colecção dos módulos e disponibilizou-os nos seus Centros de Formação. A formação modular aqui descrita foi objecto de transferência para o IIEFP (Lisboa) e, num artigo escrito na altura¹⁸ e que ainda hoje permanece actual, os autores encararam as condições favoráveis para a implantação da formação modular, as novas funções que geram novas competências dos animadores de programas e as mudanças de atitudes nos formandos, que os tornam mais autónomos e responsáveis, e que dispõem de meios para mutualizar as suas competências e praticar aprendizagens cooperativas e colaborativas. Os especialistas do IIEFP consideraram com vantagem a aplicação das modalidades práticas das formações modulares na formação profissional.¹⁹ Foi organizado pelo IIEFP um curso modular de autoformação a distância com base na abordagem desenvolvida nos nossos módulos.

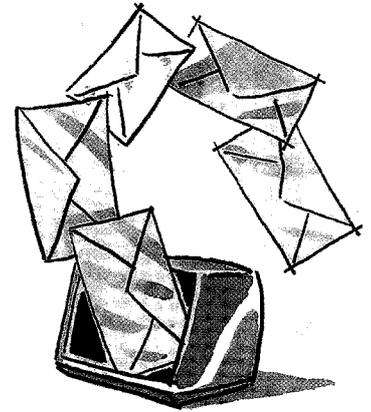
Tratou-se do programa RITA que é, como se acabou de referir, uma aplicação concreta das formações modulares, tais como as concebemos.²⁰

Especialistas universitários americanos (especialmente de Ohio-Columbia, Oregon State University²¹, em Corvallis, e da Universidade de Tennessee) reconheceram e utilizaram esta metodologia e alguns conteúdos nas suas actividades de formação, no âmbito de uma colaboração com um dos autores, na China.²² Após diversas alterações e adaptações, os programas modulares, concebidos por meio dos conteúdos, contribuíram para a formação de várias centenas de pessoas de diferentes contextos culturais e socioeconómicos de diversos países membros das Nações Unidas.

O Professor Haytan Safar, da Universidade de Mons (Bélgica), especialista na concepção de currículos, utiliza, há já alguns anos, os nossos módulos de domínio nos países de expressão árabe e encara a sua transferência para suportes multimédia.

18. UMA FORMAÇÃO QUE ALIA AS VANTAGENS DA FORMAÇÃO EM PRESENÇA COM A FORMAÇÃO A DISTÂNCIA

O projecto de formação pedagógica de formadores e de chefias de instituições desenvolvido no Gabinete da Formação Profissional e Promoção do Trabalho em vários Centros de Marrocos e, especi-



ficamente, no Instituto Superior Industrial de Casablanca (ISIC)²³ permitiu-nos experimentar uma estratégia de formação com recurso a sessões de formação individualizada, trabalhos de grupo e formação a distância (sem a presença de animadores).

Três grupos de uma vintena de formadores no posto de trabalho participaram por três vezes em acções de três semanas de formação modular, alternadas com várias semanas de aplicação prática dos conhecimentos recebidos em situação real. Estes trabalhos consistiam em construir e experimentar, nas aulas teóricas e práticas, os elementos modulares do curso com o objectivo de os integrar em programas de diferentes especialidades.

A originalidade desta operação consistia em fazer com que os formadores dispusessem de módulos de formação pedagógica muito estruturados (de acordo com a abordagem aqui desenvolvida), cujo estudo lhes permitiria simultaneamente aprender a produzir os elementos modulares dos seus cursos e experimentá-los com os próprios estagiários para melhorarem o seu ensino e analisar as condições de integração das formações individualizadas nos programas.

Tratava-se, portanto, de uma "formação a distância" sem recurso contínuo às TIC (os formadores dispunham, no entanto, de computadores para prepararem os cursos, tendo possibilidade de comunicarem com o animador por fax, telefone ou correio).

Esta formação a distância foi possível graças ao material de aprendizagem individualizada colocado à disposição

(os módulos), o que lhes permitiu viverem uma formação modular ao seu nível e experimentarem-na imediatamente com os seus formandos, verificando os seus efeitos.

Esta experiência, que foi acolhida com entusiasmo pelo conjunto dos formadores que puderam avaliar as vantagens que poderiam retirar de uma modularização completa do sistema de formação profissional, constituiu uma preparação e uma inovação para o desenvolvimento de formações modulares multimédia a distância no seio dos próprios sistemas.

19. UMA RESPOSTA TEM MÚLTIPLAS NECESSIDADES DE PÚBLICOS HETEROGÉNEOS

A concepção do currículo (programa operacional de formação) que apresentámos foi considerada pela UNESCO um modelo susceptível de vir a ser útil a países, regiões ou regimes políticos diferenciados. Os módulos apoiam-se num quadro conceptual onde nenhum valor e nenhum método é imposto, mas que permite a cada utilizador, a partir dos seus próprios valores, clarificar as suas opções e conceber as suas acções de formação em harmonia com a realidade e contexto social, económico e ideológico no qual ele se insere.

O grande interesse desta metodologia provém do facto de se apoiar em documentos modulares sofisticados, podendo ser combinados de múltiplas maneiras a fim de responder às diversas realidades. Estes módulos constítuem uma base essencial destinada a ser completada e actualizada por parte dos utilizadores. Eles já foram objecto de transferência

em inúmeros e diferentes contextos profissionais em todo o mundo. Sob diferentes formas e adaptações, os módulos permitiram já formar um grande número de formadores, conceptores e responsáveis de formação, os quais puderam produzir, além dos seus projectos, planos de formação bem como documentos didácticos de excelente qualidade. Constituem neste momento uma ferramenta indispensável para os autores de *softwares* didácticos e de produtos multimédia interactivos, permitindo-lhes estruturar os conteúdos, conceber percursos individualizados, *feedbacks* e ramificações personalizadas e avaliações significativas correspondentes aos objectivos, de acordo com uma taxinomia operacional das actividades dos formandos.

Os módulos constituem especialmente uma resposta adequada aos pedidos e necessidades de formação inicial e de aperfeiçoamento pedagógico das pessoas dos sistemas de formação profissional, do ensino técnico e, em geral, de todas as pessoas ansiosas por difundir e transmitir as suas competências e conhecimentos. Ajudam os responsáveis das organizações, das empresas ou dos sistemas de formação e os próprios formandos a conceberem melhor os seus projectos de formação, a racionalizarem as suas acções, a produzirem por sua vez as ferramentas eficazes e a gerirem os recursos humanos e materiais de um modo eficaz, tendo como meta a qualidade.

Os módulos constituem um conjunto de ferramentas polivalentes que podem ser utilizadas de diferentes maneiras para responder às necessidades heterogéneas e em diferentes momentos da formação ou da aprendizagem: a montante (para motivar, orientar, avaliar os pré-requisitos e propor

remediações, construir um balanço de competências, analisar as necessidades), em cursos de formação (para fazer adquirir as competências, os conhecimentos), a jusante ou de outra maneira (para certificar, aperfeiçoar, validar, reforçar os adquiridos, estabelecer um balanço de competências e para orientar ou reorientar em função das novas necessidades ou falhas).

A formação desenvolvida através desta metodologia e com estes conteúdos foi reconhecida pela Universidade LAVAL no Quebec (Canadá) e pela Universidade de Mons (Bélgica). **Tem em conta a formação recebida, outorgando os créditos** que permitem a continuação dos estudos e obter um reconhecimento das competências pedagógicas no domínio da engenharia da formação e das novas tecnologias. Nos anos 80, o Centro de Formação da OIT de Turim desenvolveu, com ajuda dos módulos, um processo de formação interna destinada à formação inicial dos agentes técnicos e das secretárias e para o aperfeiçoamento pedagógico dos formadores. Esta formação desenvolvida com ajuda dos módulos, proporcionando a auto-formação, permite que várias pessoas beneficiem dos acordos que tinham sido negociados com as universidades e obtenham os créditos, possibilitando a inscrição em cursos de tecnologia da educação. Outros funcionários continuaram a formação no Centro ou noutros estabelecimentos.

Em Maio de 2000 foi celebrado um acordo entre o Centro de Formação da OIT de Turim e a Universidade de Pierre Mendes France, de Grenoble, que visa criar um Master a distância, de nível universitário, intitulado "Profissões da Formação –



Engenharia da Formação e Recursos Humanos”, destinado aos responsáveis da formação e aos formadores com o objectivo de validar as competências no terreno.

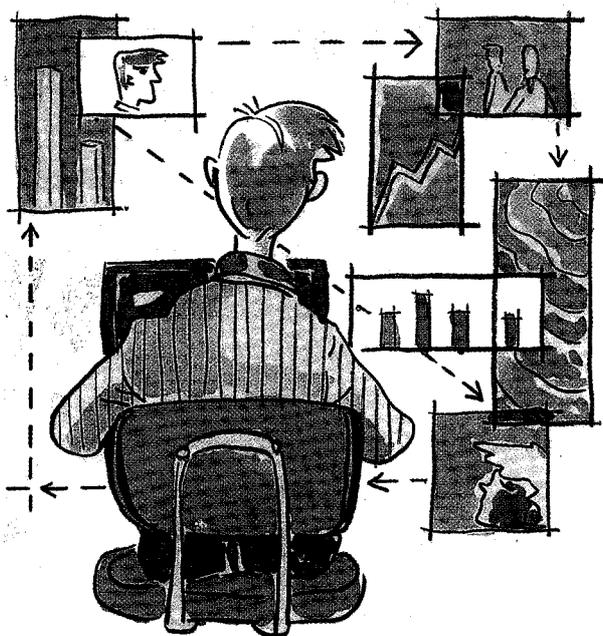
20. CONCLUSÕES

Integrando o pensamento sistémico estruturante, que é a formação modular no conceito de SCDP, dispomos de uma abordagem susceptível de realizar dispositivos de desempenho que respondam às exigências das formações permanentes abertas, flexíveis e mutualizadas. A abordagem modular multimédia contribui para uma solução, na ausência de metodologia e de ferramenta informática associada para especificar, conceber e gerir os dispositivos individualizados de formação profissional de qualidade, conjugando os recursos presenciais

(face a face pedagógica, cursos magistrais tradicionais, etc.) e a distância (servidor Internet/Intranet de conteúdos, teletutorado, sequências de autoformação, etc.). Esta metodologia, em emergência, que podemos qualificar (vulgarizando um pouco) como sendo “metodologia de condução de projecto formativo a distância”, traduz-se por um método prático para conceber e accionar os dispositivos individualizados de FOAD, conduzido por uma abordagem de “qualidade total das formações a distância”.

Um dispositivo modular multimédia de FOAD constitui uma ferramenta de posicionamento já não baseada em declarações não verificáveis e subjectivas de competências mas nas avaliações objectivas e finas que situam imediatamente um indivíduo em formação num itinerário personalizado em função das suas necessidades, fornecendo-lhe os meios conceptuais essenciais à sua formação. Este dispositivo, instrumento poderoso de motivação, permite que a pessoa construa o seu próprio referencial e disponibiliza os meios de formação e de avaliação, permitindo organizar e regular a sua formação de um modo permanente. Um programa multimédia de Formação Aberta e a Distância, de concepção muito estruturada, concebido segundo uma abordagem modular multimédia, revela ser, na sua aplicação, um dispositivo que permite uma flexibilidade óptima de aprendizagem.

Um módulo multimédia, difundido em rede ou em suporte informático, pode muito bem integrar-se numa formação de tipo tradicional ou num processo de autoformação. É uma vantagem importante dado que, deste modo, a inovação pode introduzir-se lentamente e ser objecto de uma experimentação que não precise de alterações im-



portantes nos programas habituais. Formandos e formadores têm assim opinião directa das vantagens e inconvenientes dos sistemas que todavia podem coabitar.

A formação modular não é, no entanto, uma panaceia e nem todos os conteúdos se prestam a este tipo de organização (especialmente os conteúdos obsoletos). Em contrapartida, para conteúdos que constituem pré-requisitos a outras formações, relativamente estáveis ou de alta tecnicidade, que devem ser **repetidas** ou que se destinam a populações numerosas e para colmatar a falta de formadores e conceber dispositivos de formação a distância de acordo com a abordagem SCDP aqui descrita, não só se justifica inteiramente uma organização modular de conteúdos como é sobretudo uma solução muito interessante.

NOTAS

¹ Actualmente o grupo SCDP é composto por investigadores (em metamodelização de sistemas, em psicopedagogia, em inteligência artificial...) e por representantes de várias federações profissionais que são os responsáveis operacionais por projectos autónomos e específicos (desenvolvimento de um portal profissional, operação-piloto de formação...). É uma problemática comum (a da FOAD) e diversificada (profissões ligadas ao artesanato, construção civil e obras públicas, reparação auto, turismo...) que é mutualizada e partilhada no seio do grupo de trabalho cujo objectivo, a curto prazo, é a emergência de um programa europeu de desenvolvimento de uma ferramenta destinada a não informáticos que permita dominar a concepção e o desdobramento das formações modulares multimédia a distância.

² O Professor Louis D'Hainaut é o conselheiro científico do grupo SCDP.

³ Este conceito, desenvolvido pelo grupo de trabalho SCCP (Sistema Cooperativo a Distância e Presencial) no seio da Associação Educaweb Internacional, será objecto de uma obra de referência e que será brevemente editada (autores: Louis D'Hainaut, Alain Semeteys e Claude Vasamillet).

⁴ Excerto da obra em fase de preparação cuja questão se remete para o ponto 8 deste artigo.

⁵ Fica então por validar uma tipologia no quadro das SCDP, aplicada, nomeadamente, às "formações a distância".

⁶ *Os Sistemas Multi-Agentes, para Uma Inteligência Colectiva*, Inter-Editions, 1995.

⁷ Tecnologia da formação: aplicação à formação de métodos resultantes de teorias e princípios de ensino e aprendizagem confirmados em investigações experimentais. L. D'Hainaut, teórico das formações modulares que aqui desenvolvemos.

⁸ A remediação consiste em propor uma correcção ao nível de um programa de formação ou de uma acção longa, enquanto a recuperação se destina a acções pontuais tais como as seqüências curtas de formação operacional.

⁹ "Colecção "Módulos de Concepção de Formações", Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF OIT), Turim, Itália, e AFPA, Associação Nacional para a Formação de Adultos, Montreuil, França, 1982-1997.

¹⁰ Ao nível dos perfis, dos objectivos, dos projectos a desenvolver, das necessidades individuais, dos estilos de aprendizagem, das culturas, etc.

¹¹ A direcção científica da concepção e a concepção dos módulos foi confiada ao Professor Louis D'Hainaut, promotor da concepção modular nos países francófonos. O conjunto actual, que é objecto de constantes adaptações por parte dos utilizadores, explora as ideias desenvolvidas anteriormente nos módulos do BIT/Turim e que se encontram publicadas por L. D'Hainaut (Dos fins aos objectivos de educação por Labor/Nathan, obra citada e outros trabalhos publicados, nomeadamente pela UNESCO). Relativamente à forma, as estruturas modulares foram desenvolvidas pelo mesmo autor, no Conselho da Europa, em 1971, e pela Unesco em 1979.

¹² "A Formação Modular – Introdução" (L. D'Hainaut e C. Vasamillet, in *Princípios de Organização Racional da Formação*, Colecção "Módulos de Concepção de Formações", IIEP/Centro de Turim, 1ª edição 1984, Edição revista em 1989.

¹³ Para as versões em árabe, francês, inglês e espanhol; alguns documentos foram também traduzidos em italiano,



russo, checo e eslavo, em mandarim chinês, em indonésio bahassa e em holandês. A AFPA difundiu o conjunto de documentos através dos seus Centros por toda a França. Colecção "Módulos de Concepção de Formações", Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF-OIT), Turim, Itália e AFPA, Associação Nacional para a Formação de Adultos, Montreuil, França, 1982-1997.

- ¹⁴ Em média com uma centena de páginas (alguns atingem as 150 páginas) e chamados "módulos" porque podem ser utilizados cada um de um modo independente, integrar-se em diferentes formações ou em conjunto, constituir programas diferentes em função da sua combinação. Flexíveis na sua organização, são-no também ao nível da sua utilização, dado que apresentam várias vias de entrada em função dos estilos de aprendizagem ou de ensino dos utilizadores, da sua motivação, das suas competências pedagógicas.
- ¹⁵ Estes "elementos" são: tabelas de orientação para percursos personalizados em função da escolha dos objectivos operacionais, dos testes ou controlos à entrada, durante ou à saída do módulo, sínteses, exercícios com corrigenda, generalizações e actividades de transferência, critérios de avaliação com patamares de sucesso, ramificações do módulo, ligações no interior do módulo ou para outros módulos, referências, os estudos de caso, os pré-requisitos e as remediações, os exemplos e contra-exemplos, as questões de diferentes tipos (escolha múltipla, dicotómicas, lacunares, emparelhamento, abertas e fechadas). NB: um módulo permite a aquisição de competências relativas à construção de questionários utilizando estes tipos de questões...
- ¹⁶ Transmissões a altos débitos por satélites e por cabos, progresso na numeração dos dados é, especialmente, a sua compressão, aumento das capacidades dos computadores, etc. Progressos que se caracterizam pela possibilidade de armazenar mais informações e, portanto, de conceber programas cada vez mais sofisticados, facilitadores de convívio, interactivos e fáceis de utilizar e de difundir.
- ¹⁷ Que consiste em registar o exercício de uma competência (dar uma aula, fazer uma demonstração, executar um trabalho, etc.) que será seguidamente visionada pelo autor e pelo grupo com vista a uma autocrítica, uma avaliação e à escolha de critérios de desempenho ou de qualidade com vista a melhorar a competência.
- ¹⁸ C. Vasamillet, Adérito Matos dos Santos, Adriano Roche-teau, Y. Tourneur, *O Programa Modular de Metodologias da Formação ao Serviço do Emprego e da Formação Profissional*, IIEFP/Centro de Turim, 1983.

- ¹⁹ Clarisse Tomé, "A Organização Modular da Formação", *Formar*, revista dos formadores, IIEFP, 1998, e Luís Filipe Faria Vieira, "Etapas para a Construção de um Módulo de Formação", *idem*.
- ²⁰ Adérito Matos dos Santos, Rita, "Curso modular de auto-formação a distância", *Emprego e Formação*, revista de Estudos e Informação Técnica, Maio 1988, nº 5, IIEFP, Lisboa.
- ²¹ Larry, J. Kenneke e Claude Vasamillet, *Modular Program Receives Update*, Centro Internacional de Formação Profissional do ILO, Turim (Itália), 1987.
- ²² Sandra Pritz e Claude Vasamillet, *The Relationship Between Curriculum Design at Vocational Schools and Demands Of Professions and Trade*, Jilin Technical Teacher Training College, Changchun (China) – Center on Education and Training for Employment, The Ohio State University of Columbus, 1991.
- ²³ De Janeiro de 1999 a Maio de 2000.



Claude Vasamillet

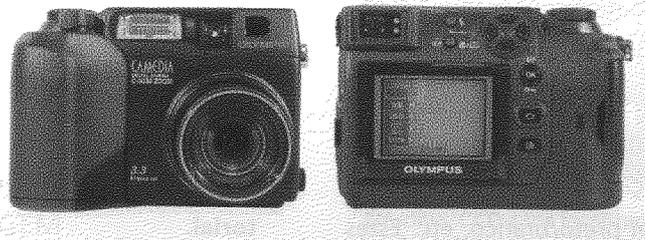
Consultor de formação nas empresas, professor agregado do ensino superior em Ciências Psicológicas e Pedagógicas

Alain Semeteys

Perito em NTIC e FOAD, animador do Grupo SCDP da Associação EducaWeb Internacional

Máquina Fotográfica Digital

Actualmente as máquinas fotográficas digitais apresentam melhores níveis de desempenho, são mais fáceis de usar e adquirem-se a preços mais acessíveis. Os modelos mais recentes são tão leves e intuitivos como as máquinas de película fotográfica compactas e automáticas.



Máquina fotográfica digital vista de frente e detrás

Em vez de:

- meter um rolo fotográfico na máquina;
- fotografar;
- rebobinar o filme no final;
- levar a uma loja para ser revelado e passado a papel;
- voltar à loja para ir buscar as fotos e negativos e
- ver, finalmente, as fotografias.

Passa a:

- ligar a máquina fotográfica digital;
- registar as fotografias num cartão de memória;
- ver logo as fotos no visor da máquina;
- apagar as que não lhe agradam e substituir por outras;
- ver as fotos num vulgar televisor ao chegar a casa ou
- transferir as fotos para o disco duro do computador e

- ver, alterar, imprimir ou mandar as fotos via e-mail, recorrendo a software.

POTENCIALIDADES DA FOTOGRAFIA DIGITAL NA ÓPTICA DA FORMAÇÃO

É formidável verificar a velocidade a que a sua criatividade progride quando pode “disparar” fotos atrás de fotos sem se preocupar com o custo das mesmas.

O *feedback* instantâneo acelera a aprendizagem. Se puder reconhecer e corrigir uma má foto logo após o “disparo”, há menos hipóteses de repetir o mesmo erro.

A principal vantagem da fotografia digital na óptica da formação é o tempo reduzido entre produção e utilização.

Por outro lado, com a fotografia em película temos a demora das deslocações a um laboratório,

a revelação e impressão e ainda a digitalização num *scanner* até as fotos poderem ser usadas como ficheiro informático. Tudo isto pode demorar horas e os laboratórios não estão abertos 24 horas por dia. Convém, ainda, referir que poucos utilizadores estão aptos a usar um *scanner* convenientemente quando se trata de digitalizar fotos.

A partir do momento em que transferimos as fotos para o computador elas passam a ser um ficheiro/documento informático com grande flexibilidade de utilização e todas as vantagens inerentes a este formato: redimensionamento, alteração do tipo de ficheiro, alteração da qualidade/definição, correcção de cor, correcção de brilho e contraste, transformação de cor em preto/branco, etc. Estes ficheiros podem ser logo intercalados em documentos de texto ou em outros já existentes.

Sendo as imagens recolhidas pelo próprio, e salvaguardadas as situações específicas, permite liberdade de utilização dispensada de direitos de autor.

Vejamos alguns exemplos da rentabilidade da fotografia digital em formação:

- Transferência/partilha de ficheiros com imagem via Internet.
- Utilização na produção de materiais didácticos: manuais, apresentações em *Power Point*; transparências, diaporamas, etc.
- Reprodução, total ou parcial, de objectos que, pelas suas características, são de difícil ou impossível deslocação até ao espaço de formação.
- Criação de uma base de dados de imagens para consulta ou utilização por formandos e formadores com objectivos pedagógico-didácticos.
- Registo de trabalhos ou situações de formação para posterior avaliação ou reutilização.

- Alternativa ao projector de diapositivos, evitando o escurecimento da sala.
- Criação de bases de dados de formandos, com utilização da respectiva fotografia, para consulta aquando da avaliação.
- Situações de *role playing* ou *brainstorming*.
- Impressão em papel, de formatos maiores a preços mais acessíveis.

Usando a criatividade, certamente outras aplicações surgirão.

VANTAGENS

- Não precisa de filme nem de revelação laboratorial.
- Economiza tempo entre fotografar e usar as fotos.
- Permite visualizar as fotos de imediato no ecrã da máquina.
- Pode apagar as fotos que não interessam e re-fotografar.
- Pode guardar, retocar e manipular as fotos, num vulgar PC.
- Pode imprimir as fotos numa vulgar impressora de jacto de tinta.
- Distribuição, partilha e visualização nomeadamente via Internet por *e-mail*.
- Facilita a gestão de uma biblioteca fotográfica.
- A máquina não faz ruído ao disparar.
- *Feedback* instantâneo acelera a aprendizagem.

DESVANTAGENS

- Custo ainda elevado das máquinas e dos cartões de memória.
- A impressão implica meios informáticos ou impressoras especiais.

- Mesmo as melhores máquinas (profissionais) são ainda limitadas em qualidade quando comparadas com as de película de 35 mm.
- Grande consumo de baterias, sobretudo com o visor de cristais líquidos ligado.
- Tamanho dos ficheiros quando queremos muita qualidade. Um ficheiro não comprimido em TIFF pode ocupar 8 Mb ou mais.

CARACTERÍSTICAS, FUNCIONALIDADES E REGRAS BÁSICAS PARA UMA UTILIZAÇÃO EFICAZ

QUALIDADE DA IMAGEM

A resolução de uma máquina digital determina a qualidade das imagens que regista.

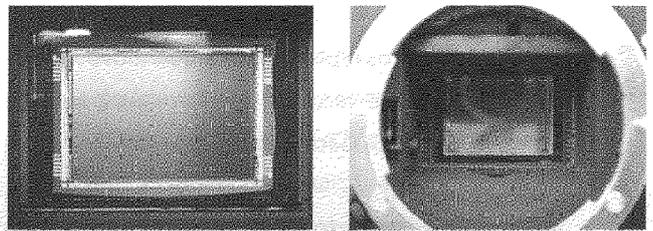
Nas máquinas digitais a resolução mede-se em *pixels* – neologismo de *picture + elements* (elementos que formam a imagem). Quanto maior a resolução (n.º de *pixels*), melhor fica a foto ao ser impressa ou ampliada. A maioria das máquinas pode registar imagens em baixa, média e alta resolução. A estas resoluções correspondem normalmente as designações **SQ** (*super quality*), **HQ** (*high quality*) e **SHQ** (*super high quality*).

Pense em baixa e alta resolução como gravilha comparada com areia; uma é grossa a outra é fina. Quanto mais alta melhor, é uma regra fundamental quando falamos de resolução.

Temos como norma que a qualidade (definição) de uma imagem depende da precisão da sua óptica e do sistema de focagem. No entanto, isto é só parte da história. Numa máquina digital há outro componente crítico: o dispositivo onde se forma a imagem, normalmente um **CCD**

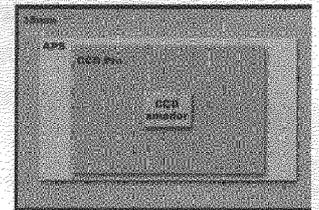
(*charge coupled device* – dispositivo acoplador de cargas).

No lugar onde na máquina fotográfica de película temos o filme está um CCD na digital. Também há máquinas com sensores CMOS (*Complementary Metal Oxide Semiconductor*), mas o CCD é o mais comum.



Em cima, CCD e sua localização no interior do corpo da máquina.

À direita, dimensões de CCD de máquinas de amadores e de profissionais comparados com as películas APS (*Advanced Photo System*) e de 35 mm.



O CCD é constituído por grupos de *pixels* vermelhos, verdes e azuis. São estes elementos que registam a imagem. A imagem óptica formada pela objectiva é focada na área sensível do CCD. Este descarrega depois a informação que é gravada na memória da máquina.

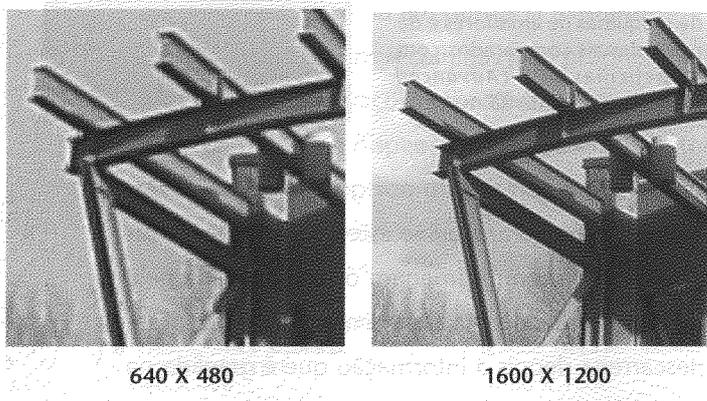
Se partirmos do princípio que temos uma objectiva perfeita e que o sistema de focagem também funciona perfeitamente, então a imagem formada no CCD terá excelente recorte. Esta permissão não é totalmente verdade. O recorte da imagem é directamente proporcional ao número de elementos do CCD. Com a película fotográfica é idêntico. Quanto mais sensível é uma película (n.º de ISO) maior o grão que ela apresenta ao ser ampliada e menor o recorte.

Para perceber o impacto que a resolução do CCD tem na qualidade da imagem comparemos as resoluções de 3 CCD diferentes:

- **640 (H) X 480 (V) pixels** = 307,200 elementos
- **1024 (H) X 768 (V) pixels** = 786,432 elementos
- **1600 (H) X 1200 (V) pixels** = 1,920,000 elementos ou *megapixel*

Estes números representam a quantidade de *pixels* horizontais e verticais que formam a área de imagem do CCD. São usados para definir a resolução do sensor.

Vejamos duas fotos da mesma situação feitas com CCD diferentes:



Nota-se nitidamente a diferença de qualidade obtida pelos dois CCD.

Fotos tiradas com a resolução de 640 x 480 são ideais para enviar como *E-mail attachments* e/ou partilhar na Internet. Isto porque fotos de baixa resolução produzem ficheiros digitais mais pequenos que fotos de média ou alta resolução, e quanto mais pequeno o ficheiro mais rapidamente pode ser carregado (*uploaded*) e visionado na Internet.

No entanto, fotos feitas em baixa resolução têm tendência para apresentarem muito grão quando impressas. Portanto, se apenas pretende partilhar fotos usando a Internet e não lhe interessa gastar muito dinheiro, uma máquina digital de 640 x 480 *pixels* serve perfeitamente.

Para obter boas impressões em 9 x 12 cm ou 13 x 18 cm necessitará de uma máquina digital com uma resolução de 1024 x 768 *pixels*. Para impressões de qualidade em 18 x 24 cm a máquina deve ter uma resolução de 1280 x 1024 *pixels*.

A nível profissional podemos encontrar máquinas com 6 000 000 *pixels* e com o preço a condizer. São produzidas pelas grandes marcas (Nikon, Canon, Fuji, etc.) e aceitam as objectivas intercambiáveis que se usam nas máquinas de película.

No entanto, a resolução não é tudo. Algumas máquinas digitais obtêm a sua melhor resolução através de interpolação, um método que consiste em aumentar a resolução através de *software*. Apesar da tecnologia ter evoluído imenso nos últimos anos, a qualidade deteriora-se bastante quando imprimimos imagens interpoladas.

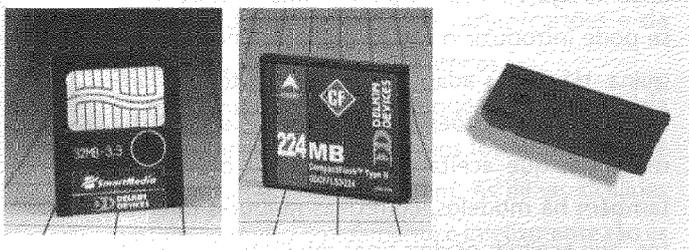
Antes de comprar verifique se a máxima resolução da máquina é obtida através da óptica e do *hardware* interno (CCD). Isto faz-se consultando detalhadamente as especificações da máquina na documentação que a acompanha ou consultando os *Web sites* dos fabricantes e outros que apresentem testes das diferentes máquinas que vão surgindo no mercado.

Para uma máquina fotográfica digital ter a mesma definição que se obtém com uma boa película de 35 mm deveria ter um CCD de 18 ou 20 *megapixel* (20 000 000 de *pixel*).

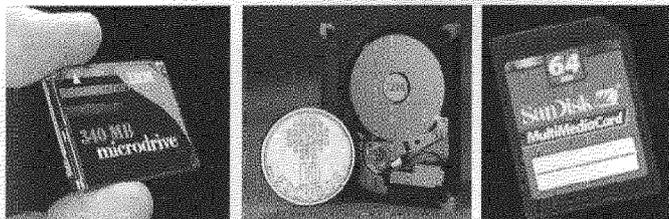
MEMÓRIA E SUPORTES DE MEMÓRIA

As máquinas fotográficas digitais armazenam as imagens de várias maneiras: alguns modelos guardam as fotos na memória interna até que a máquina seja ligada a um PC e as imagens sejam transferidas para o disco duro. Outras guardam as fotos directamente em suportes de memória amovíveis, tais como os cartões do tipo: *SmartMedia*, *CompactFlash*, *MemoryStick*, *Microdrive* e *MultiMediaCard*.

Os cartões *CompactFlash* e *Microdrive* têm o tamanho de cerca de 1/4 de uma disquete de 3,5" enquanto que os *SmartMedia* são ainda mais pequenos e mais finos. Todos têm um formato quadrangular excepto o *MemoryStick*, que é rectangular.



Cartões do tipo *SmartMedia*, *CompactFlash* e *MemoryStick*



Cartão do tipo *Microdrive* (disco duro de dimensões reduzidas) cuja capacidade pode chegar a 1 Gb. Na foto do centro podemos ver o tamanho do disco comparado com uma moeda de 10 escudos. Na foto da direita o *MultiMediaCard*

A maioria das máquinas guardam as fotos apenas num dos modelos de memória mas há modelos que podem usar em simultâneo dois suportes diferentes (*SmartMedia* e *CompactFlash*). Quando compramos a máquina, ela traz um destes cartões, normalmente com pouca memória (8 Mb), no entanto podemos adquirir cartões com mais memória (64 ou 224 Mb) para guardarmos mais fotos e/ou com maior qualidade (uma foto em formato TIFF pode ocupar entre 6 e 8 Mb).

É preferível comprar máquinas que funcionem com cartões/suportes amovíveis porque dão maior autonomia de gravação. Quando um cartão se esgota basta trocá-lo por outro vazio. As máquinas que só aceitam um tipo de cartão são mais baratas.

A título de exemplo, vejamos quantas fotos se podem guardar num cartão de 8 Mb:

- Com a resolução de 640 x 480 - 122 fotos
- Com a resolução de 1024 x 768 - 38 fotos
- Com a resolução de 1600 x 1200 - 15, 7 ou 1 foto

No último caso, verificamos que existem 3 hipóteses: 15 fotos com alta compressão (JPEG), 7 fotos com baixa compressão (JPEG) e finalmente 1 foto sem compressão (TIFF). É evidente que quanto maior a compressão de dados menor a qualidade.

Não esqueça que **quanto maior a resolução, maior o tamanho do ficheiro.**

A capacidade de um cartão de memória pode funcionar como uma faca de dois gumes. "Não se devem pôr todos os ovos no mesmo cesto." É, portanto, preferível ter vários cartões de 32 Mb em vez de um de 128 Mb, quando trabalhamos com ficheiros comprimidos. Se houver um acidente num cartão, não perdemos todas as fotos. Se trabalhar-

mos com ficheiros não comprimidos (TIFF) então teremos mesmo de usar cartões de grande capacidade.

Devemos manipular **cuidadosamente** os cartões de memória, sobretudo os *SmartMedia*.

- Não tocar com os dedos ou objectos na zona dourada (contactos).
- Inserir os cartões na posição correcta (varia conforme marcas e modelos).
- Nunca introduzir ou retirar o cartão com a máquina ligada.
- Proteger os cartões, nas suas embalagens, quando não estão na máquina.
- Ler **atentamente** as instruções dos adaptadores de leitura.

TRANSFERÊNCIA DE FOTOS

Quando chega a altura de transferir as imagens para o computador as máquinas que só têm memória interna têm de ser ligadas ao PC através de um cabo (normalmente fornecido com a máquina) e de uma vulgar tomada de série. Esta transferência é muito lenta o que, por vezes, se torna frustrante, além de consumir rapidamente a carga das baterias.

Em modelos mais recentes esta transferência é feita através de ligações **USB** (*universal serial bus*). As ligações USB têm velocidades de transferência de 12 milhões de bits por segundo (mbps) ao passo que as transferências através da tomada de série são muito mais lentas. Além disto, pode ligar e desligar a máquina da tomada USB do PC sem ter de fazer "restart".

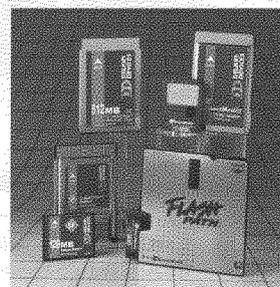
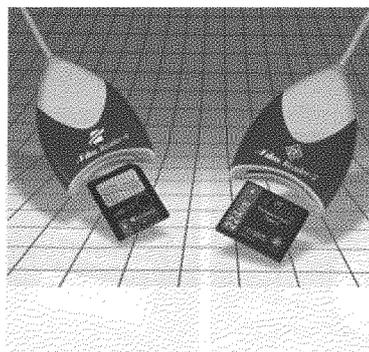
Há ainda adaptadores (com a forma e medidas exactas de uma disquete) que permitem ao PC ler

cartões *SmartMedia* como se usássemos uma vulgar disquete.

Retira-se o cartão da máquina, insere-se no adaptador e introduz-se o conjunto no leitor de disquetes do PC. Neste caso, a transferência é lenta.

Outros adaptadores são do tipo cartão **PCMCIA** ou adaptador **PC CARD** e introduz-se o conjunto na ranhura adequada do PC (normalmente portáteis). Com este tipo de adaptadores a transferência é muito mais rápida.

Há ainda uns modelos de leitor de cartões que se ligam ao PC, normalmente através de ligações USB, que permitem grande velocidade de transferência de dados. Este é o método mais rápido e mais fácil. São constituídos por um corpo e um cabo de ligação. Esse corpo tem uma ranhura onde se pode introduzir o cartão que retirámos da máquina. Há destes adaptadores para cartões *SmartMedia* e para cartões *CompactFlash*. Como já há máquinas que aceitam os dois tipos de cartões também há modelos, com duas ranhuras diferentes, que aceitam os dois tipos referidos.



À esquerda, leitores para cartões *SmartMedia* e *CompactFlash*; à direita, quatro dos referidos adaptadores

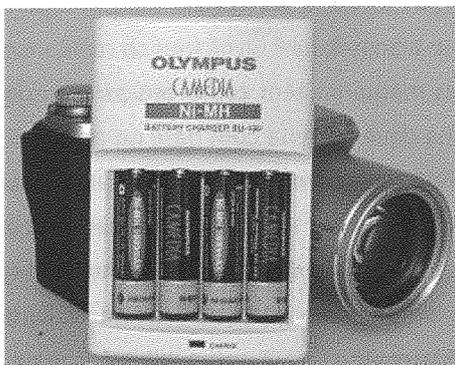


Leitor de cartões de memória de secretária com ligação USB. Lê todo o tipo de cartões: *SmartMedia*, *Compact-Flash* Tipo I (com adaptador incluído), *IBM Microdrive* (com adaptador IBM) e *MemoryStick* (com adaptador Sony)

AUTONOMIA DAS BATERIAS

Todas as máquinas fotográficas digitais funcionam electricamente e são alimentadas a pilhas e/ou baterias. O número de fotos que podemos memorizar depende da memória do cartão/cartões e da autonomia das pilhas e/ou baterias.

Nada mais frustrante do que termos memória livre no cartão e não podermos fotografar porque as pilhas/baterias se esgotaram. As pilhas alcalinas gastam-se muito rapidamente e infelizmente são as que acompanham as máquinas quando as adquirimos. Este tem sido o aspecto mais criticado junto dos fabricantes de máquinas digitais.

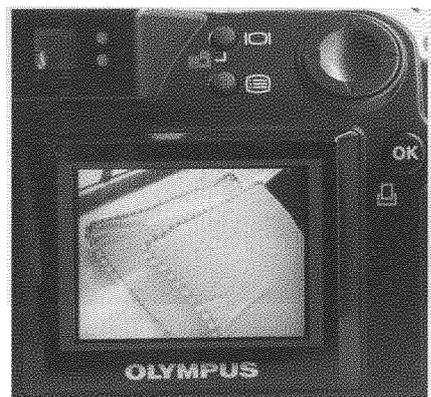


Carregador com baterias Ni-MH

No caso de termos de trabalhar em estúdio ou transferir fotos para o PC e só podermos usar a vulgar tomada de série (transferência muito demorada) é conveniente comprar um adaptador (transformador) para corrente (220 V-AC/DC) também da respectiva marca. Todas as máquinas têm uma tomada para esta ligação. Normalmente este transformador não faz parte do conjunto quando adquirimos a máquina.

O VISOR DE CRISTAIS LÍQUIDOS

Actualmente a maioria das máquinas tem, além do visor óptico, um visor de cristais líquidos, *LCD* (*liquid crystal display*), na parte detrás do corpo da máquina, idêntico aos que também se usam nas câmaras de vídeo. Algumas só têm o visor de cristais líquidos.

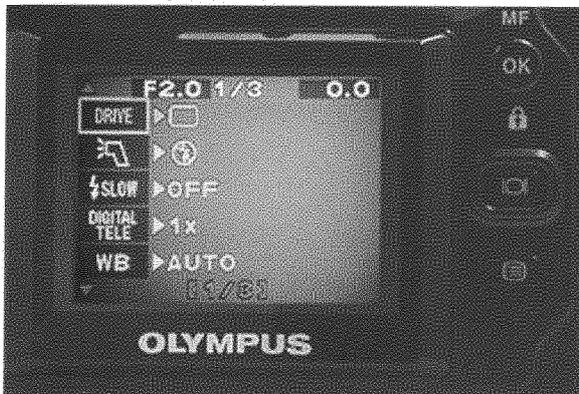


Visor óptico (canto superior esquerdo) e visor de cristais líquidos na traseira do corpo da máquina

Os visores de cristais líquidos permitem fazer um enquadramento mais preciso da imagem, sobretudo nas máquinas em que o visor óptico é directo (não *reflex*) e produz erros de paralaxe (o que

vemos não corresponde exactamente ao que obtemos na foto). Estes visores permitem visualizar as fotos acabadas de "tirar" para decidirmos se as vamos guardar, apagar ou refotografar no local onde foram feitas. As cores tendem a ficar dessaturadas e o contraste diminuído quando há muita luz ambiente. Os ecrãs de cristais líquidos são ainda grandes consumidores de energia, o que reduz substancialmente a autonomia das baterias. Nestes ecrãs podemos também ver *menus* de *software* que nos mostram dados para ajustar e controlar a máquina tanto em gravação como em reprodução das fotos.

As máquinas que só têm um visor, o de cristais líquidos, para vermos a imagem que vamos fotografar, têm de estar afastadas da cara para enquadrarmos e isso cria instabilidade.

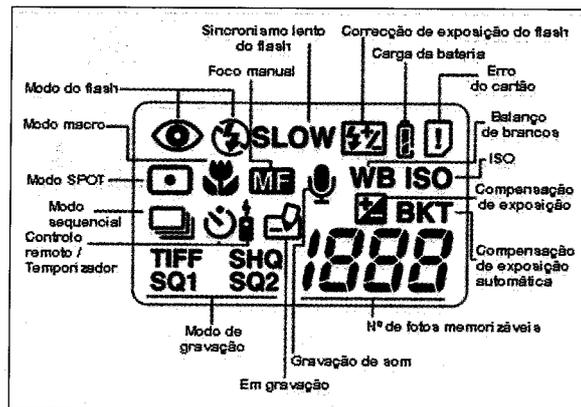


Visor de cristais líquidos com *menus* de *software*

Finalmente existem máquinas que, além dos visores a cores, têm também pequenos visores de cristais líquidos (monocromáticos) no topo do corpo da máquina onde podemos ver grande parte dos dados sem ter de ligar o visor de cristais líquidos e "chamar" os diferentes *menus*, o que contribui para a poupança das baterias.



Visor de cristais líquidos monocromáticos



Exemplo do tipo de informação que pode surgir num visor de cristais líquidos monocromático

ZOOM ÓPTICO E DIGITAL

Algumas máquinas têm zoom óptico e/ou digital. A escolha deve ser feita com base no primeiro (óptico). Com um zoom óptico pode captar-se a imagem ampliada com a melhor resolução que a máquina oferece. O zoom digital recorta a imagem, ou seja, amplia uma parte da área do CCD, o que diminui a resolução. O zoom digital é mais uma "golpada" de *marketing* que outra coisa. Se regu-

larmos o zoom digital para 2X a resolução da imagem passará para metade.

Quer um conselho quanto ao zoom digital? Esqueça-o! Não serve para nada. Consegue o mesmo efeito com *software* de tratamento de imagem (*Paint Shop Pro*, *Photoshop*, etc.) e mantém o ficheiro original (feito com zoom óptico) guardado e com qualidade.

Um zoom digital nunca pode substituir um zoom óptico.

Muitas máquinas já têm zooms ópticos de 3X, equivalentes a 35-105 mm numa vulgar máquina de película de 35 mm, mas já há no mercado máquinas com zooms ópticos de 5X e de 10X.

Muitos fabricantes vendem lentes adaptadoras que se enroscam na objectiva da máquina e funcionam como conversores para grande angular, teleobjectiva ou macro. Qualquer solução óptica é sempre melhor que um zoom digital, mas também é mais dispendiosa.

SOFTWARE

Todas as marcas fornecem, juntamente com a máquina, *software* para transferência das fotografias (da máquina para o PC). No entanto, há marcas que para além da função de transferência de dados incluem outras, tais como:

- Edição (optimização, retoque, correcção cromática, filtragem, etc.).
- Arquivo das imagens e criação de bases de dados.
- Gestão das bases de dados criadas.
- Apresentações (*slideshow*) das fotos enchendo o monitor do PC.

- Criação de *screensavers*, calendários, cartões de visita, etc.
- Preparação de ficheiros para envio via Internet (*e-mail*).
- Criação de fotos panorâmicas.
- Manipulação de ficheiros multimédia (imagens, texto, som e animações).

Convém, ainda, referir que grande parte das impressoras de jacto de tinta são também acompanhadas de *software* de manipulação de imagem, normalmente mais poderoso que os fornecidos pelas marcas das máquinas fotográficas.

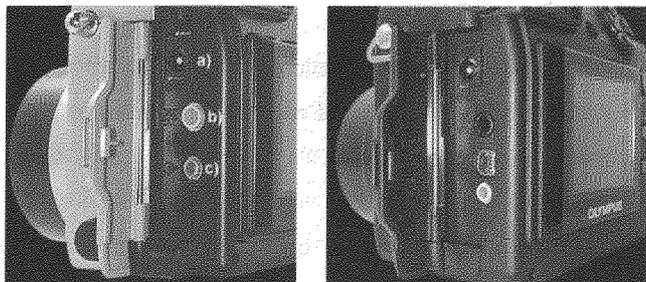


Aspecto do *software* que acompanha as máquinas fotográficas digitais

LIGAÇÕES

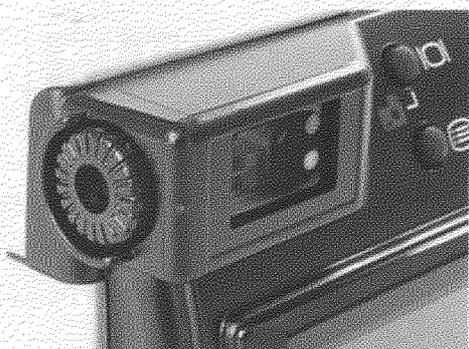
Saída de vídeo – para podermos ver as fotos num televisor ou gravá-las num vulgar gravador VHS. O cabo de ligação é normalmente fornecido com a máquina. Ligamos uma extremidade do cabo na entrada de vídeo do televisor ou videogravador e a outra extremidade na saída de vídeo da máquina fotográfica. Depois basta pôr o selector da máquina em reprodução e manualmente, ou com o

comando à distância, reproduzimos sequencialmente as fotos.



À esquerda, de cima para baixo: a) tomada para alimentador DC; b) saída de vídeo; c) tomada para cabo de série. À direita há mais uma tomada, a tomada USB

Regulação de dioptrias no visor óptico – um excelente auxiliar para quem usa óculos. Permite-nos ajustar o visor para o nosso valor de dioptrias e fotografar sem ter de usar os óculos.



O comando rotativo que serve para ajustar as dioptrias. Junto ao visor óptico: o *led* vermelho avisa quando o flash está pronto a disparar e o *led* verde avisa quando o autofoco está feito

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Leia sempre, de forma atenta e cuidada, os manuais de instruções das máquinas e de todo o tipo de acessórios, antes de as/os usar.

SUGESTÃO DE SITES COM INTERESSE PARA ESTE TEMA

A CONSULTAR NA INTERNET :

www.dpreview.com
www.megapixel.net
www.stevesdigidcams.com
www.nyip.com
www.imaging-resource.com
www.pcphotoreview.com
www.d-foto.com
www.shortcourses.com



Luís Relvas

Formador e Técnico do IIEFP

Livros...

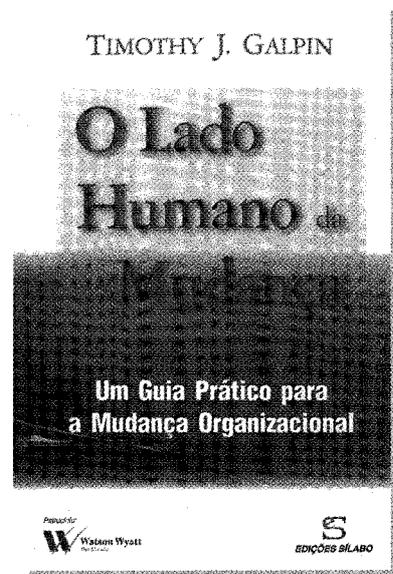
O LADO HUMANO DA MUDANÇA UM GUIA PRÁTICO PARA A MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Os consultores já se foram embora e os sistemas técnico, financeiro e operacional estão estudados e documentados. Mas as pessoas que devem implementar a mudança foram deixadas à margem do processo e o que existe agora é pessoal desmoralizado, uma fábrica de boatos a trabalhar a todo o gás e um processo de mudança muito dispendioso – e crítico para a empresa – a caminhar para um beco sem saída.

Para os gestores de topo, profissionais de recursos humanos, chefias de primeira linha e outros gestores da mudança, *O Lado Humano da Mudança* fornece as ferramentas e técnicas necessárias para envolver as pessoas de todos os níveis da organização numa mudança consolidada e de sucesso. Apoiando-se na sua experiência de mais de dez anos como consultor de empresas privadas e

organizações governamentais em todo o mundo, Timothy J. Galpin apresenta um processo em nove fases que descreve como combinar de modo eficaz o lado das pessoas com os aspectos técnicos da mudança para fusões de sucesso, *downsizing*, reestruturações e outras mudanças organizacionais. Com orientações para cada fase do processo de mudança – desde a estratégia, até à implementação e seguimento – Galpin apresenta um «guião» para a gestão da mudança, que explica detalhadamente como:

- Criar uma infra-estrutura de equipas de melhoria.
- Mapear uma estratégia de comunicação de modo a fazer convergir a informação, obter *feedback* e dinamitar os boatos.
- Integrar o processo de mudança na cultura da organização.
- Promover atributos-chave de liderança para o esforço de mudança a todos os níveis da gestão.



- Definir objectivos específicos para a implementação da mudança.
- Criar sistemas simples e eficazes para avaliar e quantificar a evolução.
- Fornecer *feedback* na altura certa, formação, recompensas e reconhecimento em toda a organização.

Ilustrado com numerosos quadros, gráficos, exemplos detalhados e um valioso glossário de termos em gestão da mudança, *O Lado Humano da Mudança* é um manual de referência sistematizado e acessível para uma mudança estável e sustentada.

Autor: Timothy J. Galpin

Editora: Edições Sílabo, Lda.

Preço de Venda ao Público: 2700\$00

N.º páginas: 196

Publicação: Setembro de 2000

Aconteceu...

LANÇAMENTO DOS CET

No âmbito da Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, que estabelece e disciplina o regime de criação, organização e funcionamento dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), no contexto das formações pós-secundárias não superiores, foi assinado, em Aveiro, no passado dia 18 de Setembro, numa cerimónia presidida pelo Senhor Primeiro-Ministro, um despacho-conjunto entre o Ministro da Educação, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade e o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Este despacho visa responder às crescentes necessidades do sector das Tecnologias de Informação e Comunicação ao nível dos quadros médios, no contexto de um mercado de trabalho em rápida mutação e acelerado desenvolvimento, pelo desenho de estratégias e percursos formativos adequados a estas exigências.

Não sendo oportuno transcrever a totalidade daquele diploma legal, a FORMAR entende ser de interesse para os seus leitores dei-

xar aqui, para já, as informações que considera mais úteis na perspectiva dos potenciais candidatos.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA (CET)

- Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos.
- Desenvolvimento de Produtos Multimédia.
- Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação.

Dão origem aos perfis profissionais, respectivamente, de Técnico de Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas informáticos, Técnico de Desenvolvimento de Produtos Multimédia e Programador Especialista de Sistemas de Informação.

Aos formandos que concluíam com aproveitamento um dos CET é atribuído um Diploma de Especialização Tecnológica e uma qualificação profissional de nível 4 CE conferindo ainda um certificado de aptidão profissional (CAP), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de Maio, e do Decreto Regulamentar n.º 68/94, de 26 de Novembro.

CONDIÇÕES DE ACESSO AOS CET

- indivíduos que, para além do ensino secundário, detenham uma qualificação profissional de nível 3 que confira competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- indivíduos que, para preenchimento das condições previstas no ponto anterior, tenham em atraso até duas disciplinas do ensino superior, desde que estas não integrem conteúdos considerados de precedências de qualquer disciplina do CET a que se candidatam.

POSSIBILIDADE DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Os CET asseguram aos diplomados a possibilidade de acesso específico a instituições do ensino superior e outras instituições do sistema científico e tecnológico desde que estas integrem o protocolo constitutivo do curso e de acordo com os mecanismos de equivalência da formação.

Os CET vão ser desenvolvidos pelo Instituto do Emprego e For-

mação Profissional em parceria com a Universidade de Aveiro e a Associação Empresarial de Portugal, passando a oferta de formação na área das Tecnologias de Informação e Comunicação a estar disponível nos diversos centros de formação destas três entidades distribuídos por todo o território nacional. Prevê-se para 2002 a abertura de 500 vagas.

UNIVERSIDADE DO MINHO – UM SITE A VISITAR

Encontra-se disponível, desde o dia 26 de Junho, no seu *site* na *Web*, no endereço www.uminho.pt, um sistema para apoio à orientação vocacional dos jovens, para melhor poderem optar por uma particular formação superior.

O sistema desenvolvido pela Universidade do Minho está organizado nas áreas da *Busca Orientada*, da *Pesquisa por Provas Específicas*, da *Pesquisa por Licenciatura*, da *Informação sobre a Vida Académica*, a *Região e a Universidade*.

Aos estudantes é facultado também o acesso à marcação *on-line* de consulta no Gabinete de Orientação Vocacional.

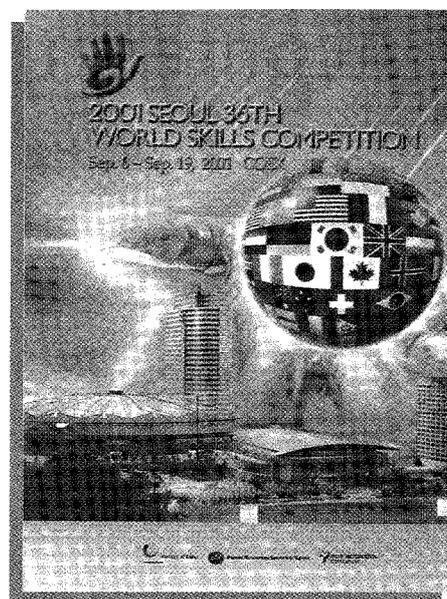
CONCURSOS INTERNACIONAIS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Desde a primeira hora (ano de 1950) que o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) se associou ao lançamento dos Concursos Internacionais de Formação Profissional, os quais passaram a ser, desde então, um ponto obrigatório na agenda de todos os que se preocupam com as questões da educação e formação profissional.

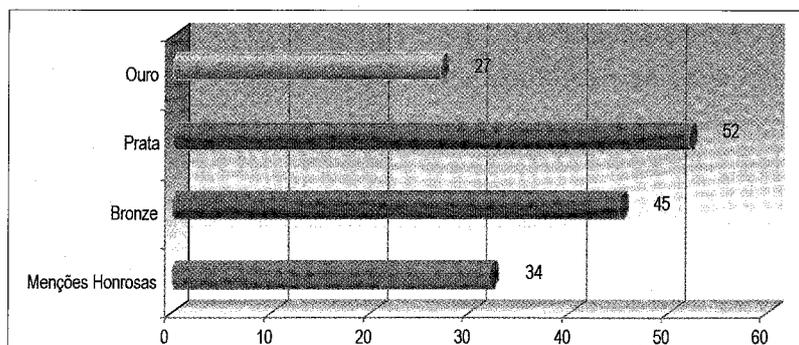
Neste momento estes eventos envolvem 36 membros da World Skills – organização responsável pela realização dos Concursos Internacionais de Formação Profissional, da qual Portugal é o único membro fundador.

Foi assim que, mais uma vez, e na sequência do Concurso Nacional de Formação Profissional – LISBOA 2000, se realizou na Coreia do Sul, entre



6 e 19 de Setembro de 2001, o 36.º Concurso Internacional de Formação Profissional – Seul 2001.

A participação portuguesa nos Concursos Internacionais de Formação Profissional tem-se traduzido ao longo dos anos por um assinalável sucesso, tendo conseguido obter um significativo conjunto de prémios, conforme se pode verificar pelo gráfico seguinte.



Aconteceu...

Nesta edição, a comitiva que o IEFP fez deslocar a Seul integrou 12 concorrentes que competiram nas especialidades de Alvenaria de Tijolo à Vista, Cantaria, Carpintaria de Limpos, Electricista de Instalações, Electromecânica Industrial, Electrónica Industrial, Joalharia, Ladrilhagem, Marcenaria, Serralharia Mecânica, Serviço de Mesa e Bar e Soldadura, que concorreram juntamente com cerca de 600 outros participantes.

Após a fase de competição, vivida de uma forma extremamente intensa por todos os membros da delegação portuguesa e em especial pelos concorrentes, foi com enorme alegria que se verificou que todo o trabalho desenvolvido acabou por ser recompensado através da obtenção de uma medalha de prata em Joalharia e dois certificados de excelência em Electromecânica Industrial e Carpintaria de Limpos.

Para além dos resultados finais, que se constituem indiscutivelmente como o aspecto mais visível da participação portuguesa, a pre-

sença neste tipo de eventos assume particular relevância para todos os participantes, designadamente para os formadores que dispõem de um espaço privilegiado de partilha de experiências com especialistas em formação profissional oriundos dos cinco continentes.

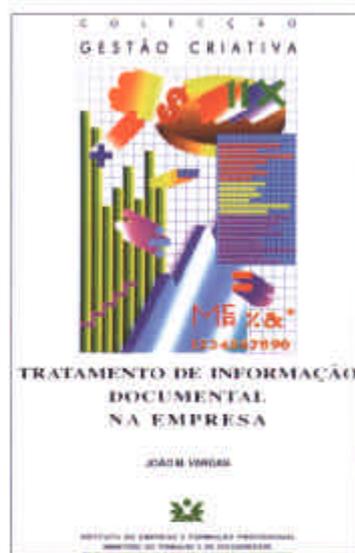
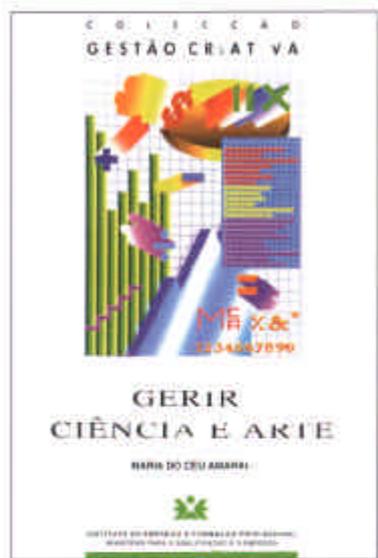
Com efeito, durante o desenrolar dos concursos há oportunidade de discutir as provas, incluindo os critérios de avaliação e as novas competências a incluir na descrição das profissões existentes, para além de se identificarem necessidades de formação em áreas emergentes, o que permite incorporar novos métodos e técnicas de trabalho na formação pro-

fissional desenvolvida em Portugal, contribuindo decisivamente para a sua valorização e desenvolvimento.

Tendo em atenção estes aspectos, e sabendo-se que os Concursos Regionais de Formação Profissional – que se constituem como o início do processo que poderá culminar com a presença no próximo Concurso Internacional de Formação Profissional a realizar em 2003 na cidade suíça de St. Gallen – irão ocorrer previsivelmente no segundo semestre de 2002, fica desde já o desafio à participação de todos quantos se interessam pelo incremento qualitativo da formação profissional.



A comitiva que o IEFP fez deslocar a Seul



Volumes Publicados

Os Alquimistas Modernos
Vasconcelos e Sá/Maria do Céu Amaral

Gerir: Ciência e Arte
Maria do Céu Amaral

**Organização do Trabalho e Factor Humano
— De Instrumento a Actor**
Cláudia Teixeira

Pessoas e Empresas nos Anos 90
António Filipe Barroso/José Dias Pereira

Marketing — As Artes de Uma Ciência
Maria do Céu Amaral

Comunicar com Assertividade
Lemos de Azevedo

O Sistema de Controlo Interno na Empresa
Francisco Sales

**Tratamento de Informação Documental
na Empresa**
João M. Vargas

**Princípios Fundamentais do Direito
do Trabalho para PME**
Alberto Sá e Mello

Preço: 950\$00

DISTRIBUIÇÃO E VENDA:

Gabinete de Comunicação
— Núcleo de Informação Científica e Técnica
Av. José Malhoa, 11 • Piso 0 • 1099-018 Lisboa
Telefone 21 722 70 00

Departamento de Formação Profissional - Mediateca de Formação Profissional
Rua de Xabregas, 52 • Piso 0 • 1949-003 Lisboa • Telefone 21 8614100 • Fax 21 8614621



